



GPEAR

Ministério das Finanças e da Administração Pública

ÍNDICE

Síntese.....	5
I. Nota Introdutória.....	7
II. Auto-avaliação.....	9
III. Balanço Social.....	23
IV. Avaliação Final.....	25
Anexos.....	29

Abril 2009

Relatório de Actividades 2008

Direcção/Address

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
Ministério das Finanças e da Administração Pública
Av. Infante D. Henrique, 1-C, 1º
1100 – 278 Lisboa

Telefone/Phone

+351218823390

Fax

+351218823399

Website

www.gpeari.min-financas.pt

Email

gpeari@gpeari.min-financas.pt

Documento concluído em 14 de Abril de 2009.

Índice

Síntese	5
I. Nota Introdutória.....	7
II. Auto-avaliação	9
II.1. QUAR 2008 – Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados.....	9
II.2. Análise das causas de incumprimento ou de resultados insuficientes.....	19
II.3. Avaliação do sistema de controlo interno.....	19
II.4. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho	20
II.5. Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional, que possam constituir padrão de comparação.....	21
II.6. Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores na auto-avaliação dos serviços.....	22
III. Balanço Social.....	23
IV. Avaliação Final.....	25
IV.1. Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados.....	25
IV.2. Menção proposta resultante da auto-avaliação.....	25
IV.3. Conclusões prospectivas	25
Lista de Acrónimos.....	27
ANEXOS I.....	29
I.1. Organograma do GPEARI.....	31
I.2. QUAR 2008 - GPEARI	32
I.3. Questionário de Satisfação aos Utilizadores Externos.....	34
I.4. Questionário de Satisfação para Colaboradores.....	36
I.5. Quadros do Balanço Social	39
ANEXOS II - Actividades, Representação Institucional e Iniciativas Externas desenvolvidas em 2008	45
II.1. UPE.....	47
II.2. DSCI.....	51
II.3. DSPCG	53
II.4. DSRSI	55

Síntese

De acordo a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, os relatórios de actividades dos serviços devem, pela primeira vez, ter como referencial o respectivo QUAR, evidenciando e justificando os resultados alcançados e os desvios verificados. Para o GPEARI, o presente relatório corresponde também à avaliação do primeiro ano completo de actividade, após a sua criação em Abril de 2007. O ano de 2007 tinha ficado marcado por dois desafios: a concretização do processo de fusão e a presidência portuguesa da União Europeia na área do Conselho ECOFIN. O ano de 2008 foi, apesar de um conjunto significativo de dificuldades, caracterizado pelo alargamento e consolidação do papel do GPEARI enquanto organismo centralizador e produtor de *know-how* nas áreas económica, financeira e de planeamento e avaliação, bem como de principal entidade representante do MFAP nas instituições nacionais e internacionais. Os colaboradores do GPEARI foram responsáveis pela preparação de 256 documentos técnicos, participaram activamente em cerca de 404 reuniões, das quais 151 internacionais e em 28 *workshops*/conferências/seminários, desenvolveram 11 iniciativas com entidades externas e promoveram a implementação de instrumentos de monitorização e avaliação na Administração Pública.

Tendo como base o QUAR aprovado pela tutela para o exercício de 2008, o GPEARI superou cinco dos seis objectivos operacionais definidos, tendo alcançado o restante. Mesmo num contexto em que uma boa parte dos recursos disponíveis teve que ser afectado a lidar com um contexto económico e financeiro bem mais adverso do que o esperado, obrigando, por exemplo, à antecipação do desenvolvimento de competências sólidas na avaliação e formulação de políticas relacionadas com o sector financeiro, o GPEARI superou de forma inequívoca as metas a que se tinha proposto.

A avaliação do exercício de 2008 não deixa, por isso, de ser extremamente positiva e, sobretudo, geradora de elevadas expectativas quanto ao futuro do organismo. No entanto, são vários os desafios estruturais que terão que ser ultrapassados para que o GPEARI reforce o seu papel de agente promotor das melhores práticas na Administração Pública.

O primeiro desses desafios diz respeito à política de contratação de recursos humanos. A elevada formação académica, a experiência acumulada pela participação em reuniões nacionais e internacionais e a exposição a questões de forte exigência técnica tornam os colaboradores do GPEARI activos de inegável valor no seio da Administração Pública. Como consequência, a saída de técnicos para o desempenho de funções superiores em entidades públicas e privadas é frequente. Num organismo que sofreu, desde a sua criação, de escassez de recursos humanos face às tarefas que lhe foram afectas, a saída permanente de colaboradores deveria ser compensada com uma contínua formação de novos técnicos com elevado potencial, o que é inexequível perante as limitações vigentes à entrada de recém-licenciados na Administração Pública. O GPEARI debate-se com a necessidade imperiosa de reforçar os seus quadros, particularmente nas áreas de maior exigência técnica e em funções

inovadoras no domínio da Administração Pública, como sejam as de planeamento e controlo da gestão ou as de modelização e previsão.

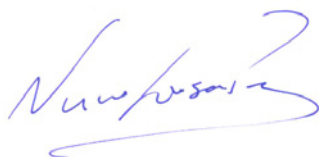
O segundo desafio reside na necessidade de garantir formação contínua dos quadros técnicos do GPEARI. As exigências técnicas das acções desempenhadas obrigam a uma permanente actualização de conhecimentos. No entanto, os atrasos na atribuição de fundos no âmbito do Fundo Social Europeu e, em particular, a indisponibilidade de tempo por parte da maioria dos técnicos têm impossibilitado a implementação de uma política consistente de formação. Esta evidência terá que ser substancialmente alterada, sob pena de limitar a capacidade de resposta do organismo.

O terceiro desafio é o da modernização da estrutura técnica de apoio simultaneamente com o recurso acrescido a recursos partilhados. Durante o ano de 2008, o GPEARI procurou modernizar a sua estrutura tecnológica, de forma a alcançar ganhos de eficiência e produtividade, ao mesmo tempo que favorecia o conceito de recursos partilhados susceptível de proporcionar significativas economias na Administração Pública. A manutenção desta filosofia não deixará de ter os riscos inerentes à adopção com carácter pioneiro de serviços sem fiabilidade comprovada.

Por fim, refira-se que a grande diversidade de assuntos a que o GPEARI deve dar resposta dificulta a criação de um *core* estável de competências. O alargamento das áreas de intervenção do GPEARI requer uma permanente redefinição de prioridades, exigindo uma correcta avaliação da relação custo-benefício inerente a cada actividade. A missão de apoio do Gabinete fará sempre com que grande parte da actividade seja não programada, o que dificulta um planeamento consistente da utilização dos recursos.

O potencial do GPEARI é inquestionável, pela qualidade e empenho dos seus recursos humanos, pela natureza da actividade desenvolvida, pelas sinergias que podem ser potenciadas por sermos o repositório de conhecimento nas áreas mais nucleares de intervenção do MFAP. Avaliamos muito positivamente o desempenho de 2008, mas olhamos para o futuro com exigência, motivação e expectativas reforçadas.

O Director-Geral



Nuno Sousa Pereira



I. Nota Introdutória

O ano de 2008 constituiu o primeiro ano de pleno funcionamento da actividade do GPEARI. Não obstante os recursos humanos terem ficado bastante aquém do planeado em algumas das áreas-chave, foi possível garantir o cumprimento de todos e a superação de vários dos objectivos constantes do QUAR 2008. Todavia, uma percentagem das actividades programadas não se concretizou, pelos seguintes motivos:

- Elevado número de solicitações dirigidas ao Gabinete, não totalmente previsíveis, provenientes na sua grande maioria dos gabinetes (GMEF, GSEAO, GSEAF, GSETF e GSEAP) da equipa política do Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP), exigindo respostas céleres e prioritárias;
- Em consequência da crise que abalou a economia mundial, verificou-se, por parte do GPEARI, a assunção e realização de um conjunto de actividades e compromissos não programados com particular destaque para a área financeira, obrigando à antecipação do desenvolvimento de competências sólidas nesta área e à participação em grupos de trabalho internacionais;
- Nomeação crescente de colaboradores do GPEARI para assegurarem a representação institucional do MFAP. Esta foi, aliás, uma das características principais da actividade do ano transacto, ainda que nem sempre as representações tenham ocorrido em áreas prioritárias de intervenção do GPEARI.

A não concretização de algumas das actividades programadas não prejudicou, todavia, o alcance dos objectivos prioritários do serviço, definidos no QUAR 2008, o que se justifica pela elevada dedicação e competência dos colaboradores do GPEARI. Em consequência, a avaliação global do desempenho do serviço é tida como tendo sido bastante positiva.

A actividade desenvolvida em 2008 subordinou-se aos princípios orientadores estabelecidos no Plano de Actividades para 2008:

1. Potenciar a excelência da informação produzida;
2. Melhorar os níveis de eficiência e eficácia;
3. Aprofundar a participação nas organizações nacionais e internacionais.

A visão do GPEARI enquanto “plataforma de conhecimento para o apoio à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas” saiu reforçada após o primeiro ano completo de actividade.

Na secção seguinte é apresentada em detalhe a auto-avaliação do GPEARI evidenciando os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o QUAR 2008. A descrição das actividades desenvolvidas por cada uma das unidades orgânicas é apresentada em anexo. Nos casos justificados, descrevem-se as causas de incumprimento de acções ou projectos não

executados ou com resultados insuficientes e descrevem-se as medidas tomadas com vista a um reforço positivo do desempenho. Procedeu-se ainda, sempre que possível, à comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional, de forma a relativizar o desempenho do GPEARI. Refira-se, por último, que foi dado conhecimento prévio aos dirigentes intermédios sobre o processo de auto-avaliação do serviço. Os demais colaboradores participaram num processo interno de avaliação do serviço, através da realização de um questionário. Na secção III são apresentados os principais resultados do balanço social do GPEARI e, finalmente, na secção IV é proposta a avaliação global para o desempenho do GPEARI em 2008.

II. Auto-avaliação

II.1. QUAR 2008 – Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados

De acordo com o número 1 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, a auto-avaliação do serviço deve evidenciar os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o respectivo QUAR.

O quadro 1 resume os resultados obtidos para cada um dos seis objectivos operacionais constantes do QUAR 2008 do GPEARI. Os resultados detalhados por indicador e recursos utilizados encontram-se no anexo I.2.

Quadro 1. QUAR 2008 do GPEARI - Avaliação dos Resultados Alcançados

Objectivos operacionais	Peso dos objectivos na avaliação global	2008					
		Meta	Realização	Taxa de realização	Avaliação dos resultados obtidos por objectivo	Desvio	
		(1)	(2)	(3)		Absoluto (2-1)	Relativo (2-1)/(1)
Eficácia							
01. Promover a investigação nas áreas de competência do GPEARI	0,20			200,0%	Superado		
Ind 1. Número de artigos ou <i>Working Papers</i> publicados, sendo pelo menos 50% de produção interna		10	20	200,0%		10	100%
02. Potenciar os resultados de programas/projectos	0,30			219,9%	Superado		
Ind 2. Número de iniciativas concretizadas em colaboração com entidades externas		8	11	137,5%		3	38%
Ind 3. Percentagem de serviços do MFAP com QUAR operacional		80%	93,3%	116,6%		13	17%
Ind 4. Aumento do índice global de retorno de APD do MFAP		26%	106,2%	408,5%		80	308%
Eficiência							
03. Simplificar e racionalizar processos	0,15			101,2%	Superado		
Ind 5. Pedidos respondidos e acções desenvolvidas dentro do prazo / Total de pedidos e acções a desenvolver		90%	91,1%	101,2%		1	1%
04. Optimizar resultados face aos recursos utilizados	0,15			169,3%	Superado		
Ind 6. Índice de eficiência do serviço		1,00	1,69	169,0%		69	69%
Qualidade							
05. Garantir a qualidade e fiabilidade da informação disponibilizada	0,10			104,9%	Atingido		
Ind 7. Nível de satisfação dos utilizadores (%)**		70%	73,5%	104,9%		-	-
06. Reforçar a imagem externa do GPEARI	0,10			111,1%	Superado		
Ind 8. Participação do GPEARI em iniciativas externas / Total de solicitaçõesx100		75%	83,3%	111,1%		8	11%
Avaliação Final	1,00			1,68	Desempenho Bom*		

O quadro anterior evidencia que o GPEARI atingiu todos os objectivos que se propôs alcançar em 2008, superando alguns. Assim, de acordo com a alínea a) do artigo 18.º da Lei n.º 66-

B/2007, de 28 de Dezembro, a avaliação a atribuir ao desempenho do GPEARI, em 2008, é de BOM.

As actividades desenvolvidas em 2008, cuja descrição detalhada se apresenta no anexo II, visaram a concretização de seis objectivos operacionais:

Objectivos de Eficácia:

1. Promover a investigação nas áreas de competência do GPEARI (O1)

A generalidade das actividades desenvolvidas pelo GPEARI, decorrentes da sua missão, visa garantir o apoio técnico à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, e assegurar, directamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais. Uma das principais preocupações do Gabinete consiste em manter o corpo técnico dotado de conhecimento actualizado e especializado nas diversas matérias sobre as quais o GPEARI é solicitado a prestar apoio técnico. Promover a investigação nas áreas de competência do GPEARI e partilhar o *kown-how* adquirido é, pois, um dos objectivos principais do Gabinete, o qual é materializado, nomeadamente, através da realização de estudos sob a forma de artigos ou documentos de trabalho que são divulgados na página electrónica do GPEARI. Em 2008, este objectivo foi aferido pelo número de artigos ou *Working Papers* publicados, tendo-se estabelecido como meta global 10 artigos, sendo pelo menos 50% de produção interna (ou seja, 5 produzidos pelo GPEARI). O resultado final alcançado foi 20 artigos, sendo 9 de produção interna conforme consta no quadro seguinte:

Quadro 2. Artigos Publicados pelo GPEARI em 2008

Nº	Título do artigo	Fonte de publicação	Unidade orgânica / Autor(es)
1	Balanço da Presidência Portuguesa na área dos Assuntos Económicos e Financeiros	www.gpearl.min-financas.pt/investigacao/artigos Artigo 08/01	UPE/DPE (Paula Costa)
2	"Redirecting public expenditure in Portugal"	Comissão Europeia, <i>European Economy</i> "The quality of public finances – findings of the Economic Policy Committee- Working Group 2004-2007)" Occasional papers 37; http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/publication_summary12186_en.htm	UPE/DFP (Luíza Mello)
3	Utilização de informação sobre performance no Sector Público - Tendências recentes	www.gpearl.min-financas.pt/investigacao/artigos Artigo 08/02	DSPCG (Conceição Amaral, Ana Carneiro)
4	Economia dos EUA e comparação com os períodos de 1990-91 e 2000-2001	www.gpearl.min-financas.pt/investigacao/artigos Artigo 08/03	UPE/DMP (Clara Synek)
5	Evolução recente dos preços das matérias-primas e impacto na taxa de inflação	www.gpearl.min-financas.pt/investigacao/artigos Artigo 08/04	UPE/DMP (Alda Rito, Clara Synek)
6	A Cooperação na área financeira no contexto da Ajuda Pública ao Desenvolvimento	www.gpearl.min-financas.pt/investigacao/artigos Artigo 08/05	DSCI/DRB (Paulo Francisco)

7	O Processo de <i>Lamfalussy</i>	www.gpearl.min-financas.pt/investigacao/artigos Artigo 08/06	UPE/DMS (Angelina Castro)
8	Visão integrada da União Europeia para responder aos desafios à escala global. Vertente externa da política comunitária de promoção do crescimento e do emprego.	www.gpearl.min-financas.pt/investigacao/artigos Artigo 08/07	UPE/DMS (Pedro Guerra Maio)
9	A Política do Mercado Interno. Uma visão histórica e prospectiva para a Europa do século XXI. Revisão da estratégia do Mercado Interno.	www.gpearl.min-financas.pt/investigacao/artigos Artigo 08/08	UPE/DMS (Ana Teresa Rainha)

O número de artigos elaborados pelo GPEARI excedeu em 4 a meta estabelecida. Comparando com o estabelecido no Plano de Actividades para 2008, conclui-se que este desvio positivo é essencialmente atribuído à Unidade de Política Económica. A Divisão de Mercados e Serviços contou com os recursos humanos previstos o que permitiu, apesar do acréscimo de exigência inerente a ter responsabilidade de acompanhamento dos serviços financeiros, a realização da generalidade das actividades planeadas e, adicionalmente, contribuir para o objectivo 1 com a elaboração de 3 artigos, inicialmente não programados (nº 7, 8 e 9, do quadro 2). O artigo nº 6 não foi inicialmente contemplado no Plano de Actividades. Por sua vez, as divisões de Finanças Públicas e Modelização e Previsão, operaram com recursos humanos abaixo do previsto o que justifica o facto de não se terem realizado artigos e *Working Papers* nas temáticas inicialmente previstas: contabilidade do crescimento da economia portuguesa, desigualdade salarial, elasticidades fiscais (iniciado mas não concluído), fiscalidade e crescimento; relações de cooperação *versus* dominação; reforma do sistema de pensões da CGA e projecção das despesas de saúde.

2. Potenciar os resultados de programas/projectos (O2)

Este objectivo abrangia três áreas distintas:

i) Concretizar iniciativas em colaboração com entidades externas

Estavam previstas 8 iniciativas, tendo sido realizadas 11. Considera-se que o desvio positivo observado não é significativo pelo que não carece de justificações adicionais. Refira-se, no entanto, que o workshop realizado em parceria com a OCDE foi o culminar do processo inerente à elaboração da publicação *Economic Survey* sobre Portugal. Este processo, que foi liderado pelo GPEARI, decorreu durante 6 meses, envolveu o sector privado, altos dirigentes da Administração Pública, encontros com membros do Governo e dos reguladores, tendo, pela primeira vez, envolvido uma apresentação pública do relatório com a presença do Primeiro-Ministro, do Ministro de Estado e das Finanças e do Secretário-Geral da OCDE.

Quadro 3. Iniciativas Concretizadas em Colaboração com Entidades Externas

Iniciativa	Unidades orgânicas envolvidas	Nº
Protocolos celebrados com entidades do Ensino Superior com vista à realização de estágios/projectos de teses de mestrado no GPEARI.	UPE/DFP DSPCG DSRSI	2
Protocolo celebrado com o GEE/MEI para a realização conjunta do Boletim Mensal de Economia Portuguesa.	UPE	1
Parceria entre o GPEARI e o Instituto de Informática do MFAP para a implementação do site do QUAR (www.quar.gov.pt).	DSPCG	1
Participação nos exames económicos da Dinamarca e do Luxemburgo, desenvolvidos pela OCDE. Os exercícios foram coordenados pelo GPEARI e contaram com a colaboração do Banco de Portugal e do Ministério da Educação.	UPE	2
Organização de Workshops: 25 de Junho de 2008: "Economic Survey - Portugal 2008". Este evento foi organizado pelo GPEARI, contando com a colaboração do Secretário-Geral da OCDE e a equipa que preparou o relatório. 3 de Novembro 2008: "Portugal e os desafios da Globalização". Este evento foi organizado pelo GPEARI em parceria com o GEE do MEI.	UPE	2
Contributos do GPEARI, no âmbito da participação em grupos de trabalho com entidades externas.	UPE/DMS DSPCG	3
Total		11

ii) Garantir a implementação da avaliação do desempenho dos serviços no MFAP

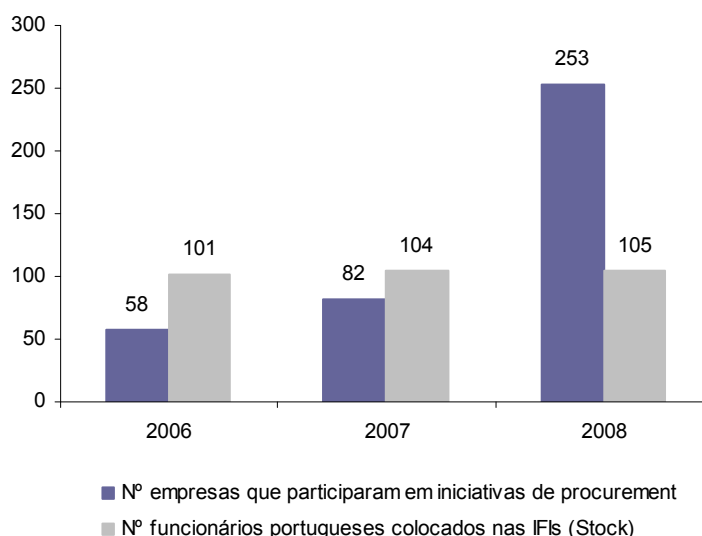
Em 2008 entrou em vigor a Lei do SIADAP (Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro) a qual integra o subsistema de avaliação do desempenho dos serviços da Administração Pública (SIADAP 1). Tratando-se do 1º ano de implementação da avaliação dos serviços e sendo o GPEARI a entidade responsável pelo acompanhamento dos QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) do ministério, estabeleceu-se como objectivo garantir a elaboração e monitorização dos QUAR 2008 em pelo menos 80% dos serviços do ministério. Dos 15 serviços da administração directa e indirecta do MFAP, 14 (93,3%) elaboraram o QUAR para 2008 e realizaram os exercícios de monitorização, coordenados pelo GPEARI, referentes ao cumprimento parcial de objectivos no final do 1º semestre e no final dos três primeiros trimestres de 2008. Comparando com o grau de implementação e monitorização dos QUAR de outros ministérios, considera-se que o processo de implementação da avaliação dos serviços no MFAP decorreu melhor que nos restantes Ministérios, com excepção do Ministério da Justiça.

iii) Aumentar o índice global de retorno de Ajuda Pública ao Desenvolvimento do MFAP

No âmbito da coordenação das relações internacionais, o GPEARI estabeleceu como objectivo alargar o âmbito da cooperação financeira internacional Portuguesa, criando condições para a

obtenção de um maior retorno financeiro dos investimentos realizados e do cumprimento dos objectivos da política externa Portuguesa. Para a concretização deste objectivo concorreram as actividades desenvolvidas pela Direcção de Serviços de Cooperação e Instituições (DSCI) visando potenciar o retorno da participação do Estado nas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) e cujos resultados relativamente às iniciativas de *procurement* e colocação de quadros portugueses nas IFIs estão ilustrados no Gráfico 1.

Gráfico 1. Resultados das Iniciativas de *Procurement* e Colocação de Quadros Portugueses nas IFIs



O índice global de retorno de Ajuda Pública ao Desenvolvimento é obtido pela média simples de duas componentes: o número de empresas que participaram em iniciativas de *procurement*, realizadas pelo GPEARI, e o número de quadros portugueses colocados nas IFIs. Para 2008, foi estabelecido como meta um aumento do índice de 26%. Este valor foi largamente ultrapassado, tendo sido observado um crescimento do índice de 106,2%. Esta evolução deveu-se sobretudo ao incremento no número de empresas que participaram em iniciativas de *procurement*. Em colaboração com os representantes portugueses nas IFIs, foram, em 2008, realizadas um número muito significativo de actividades neste âmbito, que envolveram essencialmente departamentos relevantes do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento, do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento e do Banco Asiático de Desenvolvimento.

Objectivos de Eficiência:

3. Simplificar e racionalizar processos (O3)

O GPEARI é confrontado com uma vasta diversidade e quantidade de pedidos de apoio técnico especializado aos quais é solicitado a responder, muitas vezes em prazos muito curtos. Ao trabalho de apoio técnico acrescem as solicitações com vista à representação institucional do MFAP que, em 2008, ascenderam a 404 (Quadro 4).

Quadro 4. Documentos de Apoio Técnico e Representação Institucional em 2008

	Unidade Orgânica			Total GPEARI
	UPE	DSCI	DSPCG	
Nº documentos técnicos elaborados	123	120	13	256
Representação Institucional	195	145	64	404
Reuniões nacionais	133	57	63	253
INE	15	-	-	15
MNE	36	-	-	36
Embaixadas	9	-	-	9
CCAS e grupo de trabalho	-	-	37	37
CC TIC e grupo de trabalho	-	-	18	18
Orçamentação por Programas	-	-	4	4
Outros	73	57	4	134
Reuniões internacionais	62	88	1^(a)	151
Comissão Europeia	56	-	-	56
CEF	1	-	-	1
CPE	11	-	-	11
SCIMF	6	-	-	6
CRD	4	-	-	4
CRA	3	-	-	3
CPE - grupos de trabalho	26	-	(a)	26
Outras	5	-	-	5
OCDE	6	-	1	7
IFIs	-	55	-	55
Ministeriais	-	16	-	16
Missões	-	6	-	6
Outras	-	11	-	11
Workshops/conferências/seminários por memória:	21^(d)	6^(c)	1^(a)	28

Nota:

^(a) Participação num workshop e em duas reuniões de um grupo de trabalho do CPE, contabilizados na UPE.

^(b) UPE + DSCI + DSPCG + DSRSI.

^(c) Dos quais 4 organizados pelo GPEARI.

^(d) Dos quais 2 organizados pelo GPEARI.

A resposta adequada e atempada ao elevado e diversificado número de solicitações, exige a criação de condições com impacto na melhoria da eficiência do serviço. Essas condições passam nomeadamente por dispor de recursos humanos em quantidade suficiente e com as qualificações e competências adequadas mas dependem também da organização dos processos internos. Em 2008, e no que concerne aos processos internos, foram concretizadas diversas iniciativas com vista a agilizar e desmaterializar processos, com destaque para:

- Desmaterialização total do circuito de tratamento de faxes (recepção e envio);
- Digitalização do copiator de ofícios expedidos;
- Tratamento crescente de diversos processos por via electrónica: envio de notas de encomenda aos fornecedores e comunicação de pagamentos a fornecedores e credores via e-mail e utilização da intranet para divulgações internas;
- Centralização de tarefas administrativas, antes realizadas por técnicos superiores, na DSRSI;
- Atribuição de computadores portáteis à generalidade dos colaboradores;
- Início do processo de atribuição de equipamentos móveis aos colaboradores;



- Colocação em modo de produção definitivo do sistema de *helpdesk* para o Núcleo de Sistemas de Informação;
- Optimização do sistema de impressão integrado;
- Integração de colaboradores não afectos ao Núcleo de Sistemas de Informação na alimentação diária do *site* do GPEARI;
- Implementação da nova infra-estrutura tecnológica – plataforma de autenticação e correio electrónico – sediada no IIMFAP, sendo organismo pioneiro na utilização deste serviço partilhado.

Em resultado, observou-se uma melhoria dos circuitos internos de comunicação e circulação da informação o que contribuiu para a obtenção de ganhos de eficiência, expressa pela elevada taxa de cumprimento dos prazos de resposta.

Quadro 5. Grau de Cumprimento dos Prazos de Resposta

Unidade orgânica	% (*)
UPE - Unidade de Política Económica	96,6%
DMP - Divisão de Modelização e Previsão	96,7%
DFP - Divisão de Finanças Públicas	97,2%
DPE - Divisão de Políticas Europeias	98,6%
DMS - Divisão de Mercados e Serviços	93,9%
DSCI - Direcção de Serviços de Cooperação e Instituições	86,4%
DRB - Divisão de Relações Bilaterais	76,4%
DRM - Divisão de Relações Multilaterais	96,4%
DSPCG - Direcção de Serviços de Planeamento e Controlo de Gestão	99,2%
DSRSI - Direcção de Serviços de Recursos e Sistemas de Informação	70,0%
Média do GPEARI	91,1%

(*) Pedidos respondidos e acções desenvolvidas dentro do prazo / Total de pedidos e acções a desenvolver × 100

As taxas de cumprimento dos prazos de resposta inferiores à média são justificadas por:

- No que respeita à DRB, a taxa de cumprimento dos prazos de resposta revela-se inferior à média fundamentalmente devido à taxa de execução dos PICATFin se ter situado nos 60,4%. Estes programas foram extremamente ambiciosos em termos de programação, com grande concentração de acções no primeiro ano de execução dos programas. Contudo, o peso das acções executadas em 2008 relativamente aos quatro anos dos programas (três no caso da Guiné-Bissau) é bastante positiva: 21,5% em Angola; 23% em Cabo Verde; 11% na Guiné-Bissau e 27% em São Tomé e Príncipe. O adiamento de acções deveu-se, essencialmente, a constrangimentos do país receptor, resultantes de processos de reestruturação interna, do reduzido número de funcionários de alguns serviços e da necessidade de compatibilização dos PICATFin com os programas de outros doadores presentes no terreno. A própria lógica de continuidade das acções do programa obrigou a que o adiamento de acções obrigasse a nova calendarização de acções subsequentes. Noutras situações, como no caso das

missões previstas a Timor-Leste, o adiamento deveu-se à instabilidade política registada no país.

- Carência de recursos humanos especializados na DSRSI - designadamente por motivo de perda, por falecimento, de um colaborador, ausência prolongada do dirigente, por motivo de maternidade - e necessidade de integração e adaptação de novos colaboradores para suprir as faltas, associado a um aumento significativo da actividade do GPEARI.

4. Optimizar resultados face aos recursos utilizados (O4)

Enquadrado no princípio orientador de melhorar os níveis de eficiência, o GPEARI elaborou um índice para aferir da sua eficiência. Para isso estabeleceu um rácio entre os resultados alcançados nos objectivos do QUAR (exceptuando o objectivo 4) face ao planeado e os recursos financeiros utilizados face ao planeado. O índice de eficiência atingiu um valor superior a um, em resultado de uma evolução positiva quer do numerador quer do denominador. Do lado do numerador, os resultados alcançados superaram, na generalidade, o esperado (ver quadro 1). Do lado do denominador, a utilização dos recursos financeiros ficou aquém do planeado (ver anexo I.2), facto essencialmente explicado por o número de trabalhadores, em 2008, ter ficado aquém do planeado (41 *versus* 55).

Face à inexistência de histórico para este indicador, e por se tratar do 1º ano de cálculo do índice, considera-se que o desvio positivo observado não é significativo.

Objectivos de Qualidade:

5. Garantir a qualidade e fiabilidade da informação disponibilizada (O5)

O GPEARI tem como objectivo último garantir a qualidade e fiabilidade da informação prestada a todos os seus *stakeholders*. A satisfação dos utilizadores com a informação disponibilizada bem como com o serviço prestado pelo GPEARI, em termos gerais, foi avaliada através da realização de um inquérito de satisfação cujos resultados e ficha técnica se encontram no anexo I.3.

Os principais resultados do inquérito são sumariados seguidamente:

- Nível médio de satisfação dos utilizadores = 3,9 (Bom), na escala de 1 a 5 (quadro 6), 73,5%, na escala de 0 a 100%.
- Meta QUAR 2008 = [70%-80%], na escala de 0 a 100%.

Em conclusão, o objectivo “O5. Garantir a qualidade e fiabilidade da informação disponibilizada”, aferida pela opinião dos utilizadores externos, foi cumprido.

Quadro 6. Resultados do Questionário aos Utilizadores Externos - 2008

Satisfação com:		Grau de satisfação alcançado (escala 1 a 5)
Imagem global da organização	Q1. Desempenho da organização	3,9
	Q2. Cortesia dos colaboradores que lidam com os serviços/clientes	4,5
	Q3. Flexibilidade e autonomia dos colaboradores para resolver situações de resposta urgente	3,9
Envolvimento e participação	Q4. Possibilidade de utilização de vários canais de comunicação (telefone; e-mail; reuniões)	4,1
	Q5. Existência de interlocutores adequados para esclarecimento de questões específicas	3,9
	Q6. Participação do serviço em reuniões para debater temas de interesse comum	3,7
Acessibilidade	Q7. Informação acessível	3,8
	Q8. Meios expeditos na prestação do serviço (ex. uso de e-mail)	4,1
	Q9. Atendimento telefónico	3,9
	Q10. Qualidade da informação disponibilizada (atempada, relevante, fidedigna)	3,8
	Q11. Tempo de resposta às solicitações	3,8
Avaliação global		3,9

Nota: 1 = Mau, 2 = Insatisfatório, 3 = Satisfatório, 4 = Bom e 5 = Excelente.

6. Reforçar a imagem externa do GPEARI (O6)

O GPEARI é frequentemente solicitado a participar activamente em diversas iniciativas relacionadas, na generalidade dos casos, com a participação, como orador, em seminários e conferências (a descrição das iniciativas realizadas encontra-se no anexo II).

Sem prejudicar o restante trabalho, o GPEARI estabeleceu como objectivo uma taxa de participação nestas iniciativas de 75%. Das 11 iniciativas surgidas, apenas uma não foi realizada pelo que o grau de concretização deste objectivo se situou em 83,3%. O objectivo foi superado.

Afectação real e prevista dos recursos humanos e financeiros

Recursos humanos

À data de 31 de Dezembro de 2008, o GPEARI dispunha de 41 trabalhadores afectos ao seu mapa de pessoal, conforme Balanço Social apresentado na secção III, donde se extraem as seguintes conclusões:

Quadro 7. Efectivos por Grupo de Pessoal

	Previsto (1)	Realizado (2)	Desvio
Dirigentes	13	11 ⁽⁴⁾	-2
Técnicos Superiores ⁽³⁾	33	22	-11
Administrativos	3	3	0
Auxiliares	2	1	-1
Informático	4	4	0
Total	55	41	-14

(1) No mapa de pessoal anexo ao Orçamento de 2008.

(2) Em 31.12.2008.

(3) Inclui 2 docentes no exercício de funções técnicas e de investigação.

(4) Inclui 1 dirigente nomeado em substituição, por motivo de gozo de licença de maternidade do titular do cargo.

No decurso do ano 2008 ocorreram 6 entradas e 10 saídas de pessoal, estas associadas a aposentações, falecimento, requisições e afectação ao Sistema de Mobilidade Especial (3 colaboradores). Importa, ainda, referir que o GPEARI recorreu a aquisição de serviços para suprir as faltas de recursos humanos decorrentes de imposições legais, nomeadamente no que se refere à abertura de procedimentos concursais para recrutamento de pessoal qualificado e especializado.

Recursos financeiros

O orçamento inicial de Funcionamento ascendeu, em 2008, a 1.787 mil euros, tendo sido cativado cerca de 3,5% daquele valor, em cumprimento das disposições constantes da Lei do Orçamento do Estado e do Decreto de Execução Orçamental. Assim, o orçamento disponível fixou-se em 1.725 mil euros, dos quais 97,4% se encontravam executados em 31 de Dezembro.

O orçamento de PIDDAC teve uma execução bastante aquém do que se encontrava previsto, uma vez que a sua quase totalidade se encontrava afecta ao projecto da nova infra-estrutura de rede, objecto de candidatura a fundos comunitários, em sede própria, em Março de 2008. Contudo, a comunicação tardia da aprovação do projecto (Agosto de 2008), bem como o fornecimento da quase totalidade dos bens e serviços adstritos àquele projecto pelo IIMFAP obrigou a uma reformulação do projecto. No entanto, se a integração nesta experiência piloto do IIMFAP proporcionou significativas reduções de custo e a promoção e associação ao conceito de “serviços partilhados na Administração Pública”, também não deixou de gerar alguns constrangimentos operativos, habituais quando se é pioneiro em iniciativas desta natureza.

A execução do orçamento da Cooperação fixou-se, em 31.12.2008, em cerca de 80% do orçamento inicial, resultante em boa parte da menor taxa de realização dos PICATFin.

II.2. Análise das causas de incumprimento ou de resultados insuficientes

No anexo II estão elencadas as actividades desenvolvidas por cada uma das unidades orgânicas, ao longo de 2008, programadas e não programadas, bem como os desvios verificados face ao planeado.

O incumprimento de algumas acções programadas não se revelou crítico, uma vez que não colocou em causa o cumprimento dos objectivos do QUAR 2008. Na secção anterior foram avançadas algumas justificações para o incumprimento ou para resultados insuficientes de algumas acções programadas, nomeadamente na área dos recursos e sistemas de informação e na área da cooperação bilateral. O quadro seguinte sintetiza as principais causas de incumprimento.

Quadro 8. Principais Causas de Incumprimento de Acções Programadas

Causas	Consequências
Exógenas	
<ul style="list-style-type: none"> Elevado número de solicitações externas, não programadas e com prazos de resposta curtos, conforme se constata pelas actividades e representação institucional não previstas e desenvolvidas (Ver anexo II). 	<ul style="list-style-type: none"> Redefinição de prioridades, atrasos em algumas das actividades programadas e não concretização de outras. Unidades orgânicas mais afectadas: DRB, DMP e DFP.
<ul style="list-style-type: none"> Tendência crescente para a nomeação (não prevista) de colaboradores do GPEARI com vista a assegurar a representação do MFAP em áreas não directamente relacionadas com a missão do serviço. <p>O GPEARI foi designado para assegurar a representação do MFAP em ¹:</p> <ul style="list-style-type: none"> Conselho Supremo da Cruz da Cruz Vermelha Portuguesa (início em 2007); Conselho Nacional do Desporto (início em 2007); Conselho para o Sistema Desportivo (início em 2007); 	<ul style="list-style-type: none"> Dispersão nas áreas temáticas acompanhadas pelo GPEARI com consequente redução do tempo disponível para aprofundar as áreas prioritárias para a missão do GPEARI.
Endógenas	
<ul style="list-style-type: none"> Instabilidade no que respeita à fixação de recursos humanos em algumas áreas, tendo-se assistido a saídas (não previstas) de técnicos superiores e não totalmente compensadas por novas entradas. 	<ul style="list-style-type: none"> Algumas actividades, inicialmente previstas, tiveram de ser reequacionadas. Unidades orgânicas mais afectadas: DMP, DSPCG e DFP.

II.3. Avaliação do sistema de controlo interno

Em 2008, o sistema de controlo interno vigente no GPEARI caracterizou-se pelos seguintes aspectos:

Ambiente de controlo:

- Estabeleceram-se contactos regulares entre a direcção e os dirigentes intermédios, tendo-se realizado reuniões semanais de dirigentes;

¹ Em 2009, o GPEARI foi designado para assegurar mais duas representações.

- O GPEARI não foi objecto de controlo externo, o que resultará da reduzida dimensão do organismo no total da Administração Pública, tanto em recursos humanos como financeiros.

Estrutura organizacional:

- A estrutura organizacional obedece ao definido no Diploma Orgânico;
- Foram adoptados despachos de delegação de competências e assinaturas, nomeadamente no que se refere às competências próprias do MEF e à realização de despesas;
- Os trabalhadores e dirigentes foram avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3, sendo que o processo de avaliação foi encerrado dentro dos prazos estabelecidos na lei.

Actividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço:

- O Diploma Orgânico encontra-se integralmente regulamentado;
- São reconhecidos e formalizados os fluxos de informação e comunicação através do recurso a redes partilhadas e *Intranet*;
- Os procedimentos relativos à execução dos orçamentos do GPEARI são objecto de controlo mensal pela DGO;
- Implementaram-se regras internas de consulta a fornecedores múltiplos para uma elevada percentagem da despesa realizada, mesmo nas situações em que a lei não o exigia.

Fiabilidade dos sistemas de informação:

- A fiabilidade dos sistemas de informação, nomeadamente no que se refere à salvaguarda da informação dos computadores de rede é assegurada pelo IIMFAP.

II.4. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho

Ao longo de 2008 foram detectados pontos fracos no desenvolvimento da actividade do GPEARI tendo sido desencadeadas medidas correctivas visando um reforço positivo do desempenho do serviço. De entre estas medidas, destacam-se:

- Elaboração de um Manual de Procedimentos dos PICATFin, tendo em vista a simplificação de processos.
- No que concerne ao sistema de controlo interno, considera-se que o GPEARI está aquém daquilo que seria desejável. Contudo, diversos passos têm sido dados no sentido da implementação de um sistema mais eficaz e seguro, salientando-se a elaboração de esboço de um Manual de Procedimentos da DSRSI, o qual será submetido a aprovação da Direcção no corrente ano 2009.

II.5. Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional, que possam constituir padrão de comparação

No âmbito das três áreas *core* do GPEARI - apoio à formulação de políticas, apoio ao planeamento estratégico e operacional, coordenação das actividades do ministério, no âmbito das relações institucionais - merece destaque o desempenho do GPEARI nas seguintes áreas:

Apoio ao planeamento estratégico e operacional

Trata-se de uma área comum à generalidade dos GPEARI's, destacando-se como objectivo prioritário em 2008 assegurar a implementação do SIADAP 1 nos serviços dos respectivos ministérios.

Com a entrada em vigor, a 1 de Janeiro de 2008, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, os serviços disponham de 21 dias para elaborar e publicitar na respectiva página electrónica, o QUAR aprovado pela tutela.

O cumprimento do prazo estabelecido na lei foi considerado pela generalidade dos serviços pouco exequível, exigindo por parte dos GPEARI's uma coordenação eficaz de forma a garantir a implementação do SIADAP 1, dentro dos prazos previstos na lei.

O GPEARI do MFAP cumpriu na íntegra os prazos estabelecidos pela lei. O levantamento feito pelo GPEARI e apresentado no quadro seguinte confirma que o processo de implementação da avaliação dos serviços no MFAP decorreu acima da média da Administração Pública.

Quadro 9. Número de QUARs Disponibilizados ao Público
 (Universo - Serviços da Administração Directa e Indirecta do Estado)

	Levantamento feito em:			
	27.Fev.08	28.Mar.08	18.Abr.08	23.Jun.08
PCM	0	0	0	9
MNE	0	0	0	2
MFAP	12	14	14	14
MDN	0	10	10	10
MAI	0	0	0	11
MJ	12	13	13	12
MAOTDR	0	0	0	15
MEI	0	0	0	14
MADRP	0	0	0	11
MOPTC	0	14	14	14
MTSS	0	0	0	10
MS	0	0	0	4
ME	0	0	0	6
MCTES	0	0	0	8
MC	0	0	0	12
Total	24	51	51	152

Nota: resultados obtidos através de consulta efectuada aos sites dos serviços, nas datas indicadas.

Coordenação das actividades do ministério, no âmbito das relações internacionais

De destacar o reconhecimento assinalável do PICATFin com São Tomé e Príncipe, tanto por parte de entidades santomenses (referências no OGE/09 e no Plano para a Introdução do IRS-IRC) como internacionais (referências nos documentos resultantes de missões do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial). Refere-se, ainda, o relacionamento com outros parceiros externos, em especial a *Millenium Challenge Corporation* dos EUA.

II.6. Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores na auto-avaliação dos serviços

De acordo com o número 2 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro e prosseguindo o espírito de promoção da participação de todos os colaboradores na melhoria dos processos de trabalho e na gestão do desempenho do serviço, foi dado conhecimento prévio sobre a auto-avaliação do serviço aos dirigentes intermédios em reunião de direcção realizada no dia 3 de Abril de 2009.

Adicionalmente, todos os colaboradores do GPEARI (dirigentes intermédios e demais trabalhadores) tiveram oportunidade de expressar a sua opinião sobre o desempenho do serviço através de questionário realizado entre 19 de Dezembro de 2008 a 9 de Janeiro de 2009 (quadro 10 e anexo I.4).

Quadro 10. Resultados do Questionário aos Colaboradores - 2008

Satisfação com...	Grau de satisfação alcançado (escala 1 a 5)
A organização	3,5
A gestão e sistemas de gestão	3,2
As condições de trabalho	3,3
O desenvolvimento da carreira	2,6
Equipamentos e serviços informáticos, condições de higiene e instalações	3,3
Avaliação global	3,2

Nota: 1 = Mau, 2 = Insatisfatório, 3 = Satisfatório, 4 = Bom e 5 = Excelente.

III. Balanço Social

Pese embora a não obrigatoriedade de elaboração do Balanço Social pelo GPEARI (MFAP), nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro, uma vez que este Gabinete possui menos de 50 trabalhadores, procedeu-se à preparação daquele documento, à data de 31 de Dezembro de 2008, atentos os meios disponíveis. Dá-se, assim, cumprimento à alínea e) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro.

A informação para a elaboração do Balanço Social foi obtida através da aplicação informática bsORG, disponibilizada pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública (SGMFAP), com vista à elaboração do Balanço Social Consolidado do Ministério das Finanças e da Administração Pública e, complementarmente, através do Sistema de Informação Contabilística (SIC).

A partir dos dados do Balanço Social, é possível fazer uma caracterização dos recursos humanos do GPEARI, e dos recursos financeiros a eles afectos.

No final de 2008, o número de efectivos do GPEARI era de 41 (quadro I.5.1, em anexo), valor sensivelmente idêntico ao registado no final de 2007. As necessidades previstas apontavam para 55 efectivos. À semelhança de 2007, manteve-se a carência de recursos humanos no grupo de pessoal técnico superior.

No ano em apreço ocorreram 6 entradas e 10 saídas de pessoal (quadros I.5.5 e I.5.6, em anexo), estas últimas associadas a aposentações, falecimento, requisições e afectação ao Sistema de Mobilidade Especial (3 colaboradores). Importa, ainda, referir que o GPEARI recorreu a aquisição de serviços para suprir as faltas de recursos humanos decorrentes de imposições legais, nomeadamente no que se refere à abertura de procedimentos concursais para recrutamento de pessoal qualificado e especializado.

O quadro de pessoal do GPEARI, em 2008, era caracterizado por:

- Idade média etária relativamente baixa: a idade média etária era de 42 anos, sendo que a classe média etária predominante se situava entre os 35-39 anos de idade (quadro I.5.2, em anexo).
- Elevada taxa de habilitação superior: 80% dos trabalhadores do GPEARI possuíam habilitações académicas de nível superior (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento) (quadro I.5.4, em anexo). Em 2007, esta percentagem era de 70,3%, consideravelmente superior à média do Ministério das Finanças e da Administração Pública (36%, em 2007).
- Absentismo reduzido, tendo registado, todavia, um aumento face a 2007: em 2008, foram contabilizados 1256 dias de ausência ao trabalho (734 dias, em 2007), dos quais 906 dizem respeito ao gozo de férias (quadro I.5.11, em anexo). Excluindo as férias, a doença foi o principal motivo de ausência, tendo-se apurado 5 dias de ausência, por motivo de doença, por trabalhador.



- Encargos com pessoal: os encargos com pessoal ascenderam a 1 416 850 euros (quadros I.5.12 e I.5.13, em anexo), representando 85,6% do orçamento de funcionamento executado deste Gabinete, tendo-se observado um aumento de 11,9%, face a 2007. De entre as despesas com pessoal, há a salientar em 2008, o pagamento de prémios de desempenho a 3 colaboradores do GPEAR, no montante global de cerca de 5 989 euros.
- Formação: a escassez de recursos humanos, sobretudo ao nível de técnicos superiores, condicionou a concretização plena do plano de formação para 2008, pelo que a frequência de acções de formação foi relativamente diminuta nesse ano. Em 2008, realizaram-se 30 acções de formação, frequentadas por 17 colaboradores, num total de 346 horas de formação. Os encargos com a formação foram de 1 800 euros.

IV. Avaliação Final

IV.1. Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados

Globalmente, o GPEARI cumpriu os principais objectivos a que se tinha proposto para 2008. Os dois objectivos relacionados com a eficácia do serviço bem como os dois objectivos de eficiência foram claramente superados, alcançando-se valores 100% superiores ao previsto. A este nível, não deixa de ser surpreendente o desvio dos indicadores para os quais já existiam valores de referência, uma vez que as metas propostas representavam aumentos significativos face aos valores históricos de 2007. Quanto aos objectivos de qualidade, um foi superado e o outro atingido. A imprevisibilidade de muitas solicitações, acompanhadas normalmente de prazos curtos e imperativos, obrigam a que a qualidade do serviço prestado ainda não tenha atingido os níveis desejáveis.

Atendendo a que os principais desvios negativos identificados nas acções programadas ocorreram em actividades não críticas pode considerar-se que, em termos gerais, o desempenho do Gabinete foi bastante positivo.

IV.2. Menção proposta resultante da auto-avaliação

O GPEARI superou cinco dos seis objectivos definidos, tendo alcançado o restante. Esta performance foi conseguida mesmo perante um cenário de forte instabilidade de recursos e perante uma alteração significativa da envolvente macroeconómica, que obrigou a uma redefinição de prioridades. Refira-se ainda a excelente performance do índice de eficiência do serviço, 69% acima do previsto, o que denota a excelente relação entre os resultados alcançados e os recursos utilizados.

Face ao exposto, e de acordo com o n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, considerámos que o GPEARI é merecedor de classificação BOM.

IV.3. Conclusões prospectivas

O ano de 2008 fica marcado pela crise económico-financeira que atingiu a generalidade das economias e a incerteza que as rodeia. Este contexto torna ainda mais premente a existência de capacidade técnica para avaliar e apoiar a formulação de políticas, para defender as posições portuguesas nos fóruns internacionais e para garantir uma correcta afectação de recursos, potenciando a qualidade da intervenção do Estado e o reforço da competitividade.

Durante o ano de 2008, o GPEARI consolidou o seu estatuto de pólo de conhecimento e de informação, ao mesmo tempo que alargou a sua esfera de intervenção a nível nacional e internacional. Contudo, vários desafios terão que ser superados para que não haja retrocesso neste processo e para que o organismo possa alcançar melhores níveis de performance. As principais debilidades do GPEARI residem na insuficiência de recursos, sobretudo humanos, e na incapacidade de proporcionar formação consistente aos seus actuais colaboradores. O

número de técnicos superiores encontra-se bastante abaixo do necessário e previsto, consequência da saída de colaboradores e dos obstáculos ao recrutamento que vigoram na Administração Pública. O GPEAR debate-se com a necessidade imperiosa de reforçar os seus quadros, particularmente nas áreas de maior exigência técnica e em funções inovadoras no domínio da Administração Pública, como sejam as de planeamento e controlo da gestão ou as de modelização e previsão. Adicionalmente, as exigências técnicas das acções desempenhadas obrigam a uma permanente actualização de conhecimentos, o que tem sido negligenciado, por indisponibilidade de tempo e de meios financeiros.

A melhoria da performance do GPEAR passa igualmente pela modernização da estrutura técnica de apoio. Para além do processo de reforço de equipamentos móveis que permitam compatibilizar a realização de tarefas correntes com a participação em reuniões internacionais, a implementação de um sistema de gestão documental e de uma contabilidade analítica apropriada permitirão avaliar e repensar processos.

Lista de Acrónimos

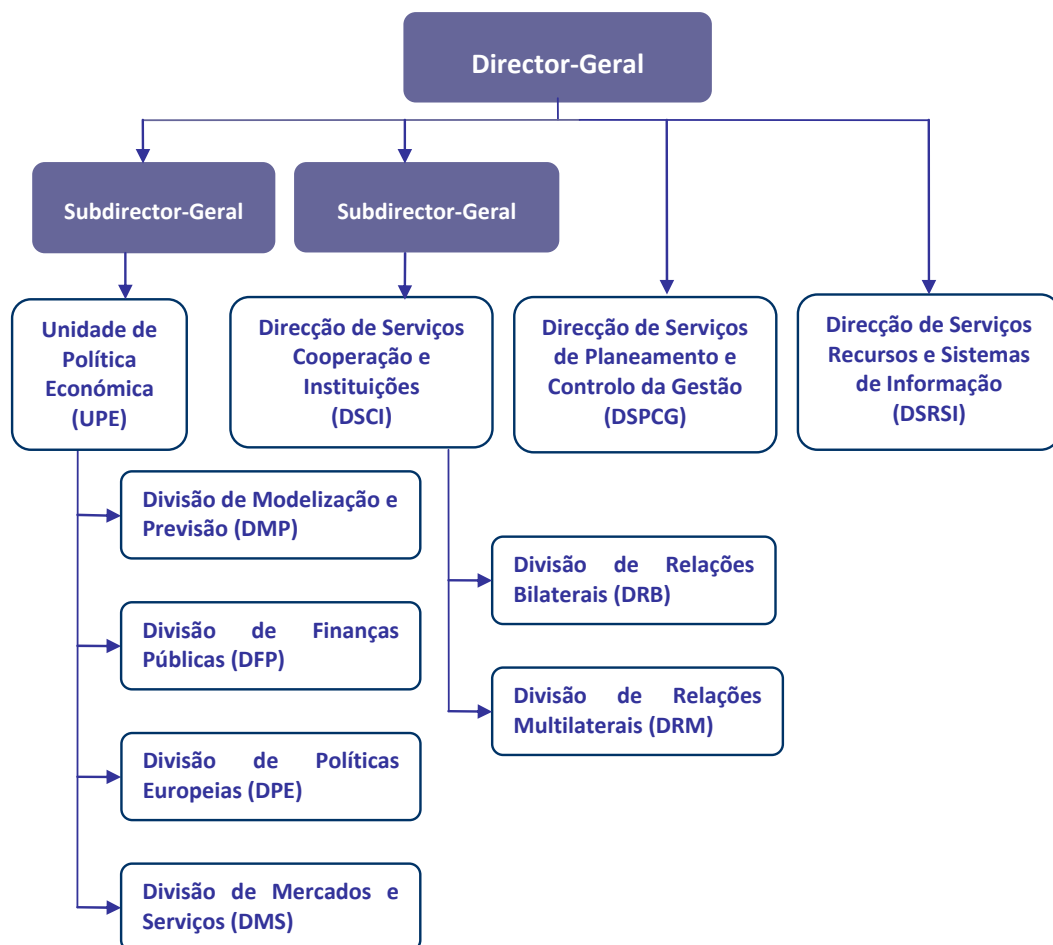
AID – Associação Internacional de Desenvolvimento
ANCP – Agência Nacional de Compras Públicas
APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BAD – Banco Africano de Desenvolvimento
BAsD – Banco Asiático de Desenvolvimento
BEI – Banco Europeu de Investimento
BERD – Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento
BES – Banco Espírito Santo
BID – Banco Inter-Americano de Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CCAS - Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços
CC TIC - Conselho Coordenador das Tecnologias de Informação e Comunicação, do MFAP
CEF – Comité Económico e Financeiro
CGA – Caixa Geral de Aposentações
CGD – Caixa Geral de Depósitos
CNEL – Cooperação Nacional da Estratégia de Lisboa
COMESA – Common Market for Eastern and Southern Africa
CPE – Comité de Política Económica
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DFP – Divisão de Finanças Públicas
DGAE – Direcção-Geral das Actividades Económicas
DGAIEC – Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo
DGATE – Direcção-Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos
DGCI – Direcção-Geral dos Impostos
DGITA – Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros
DGO – Direcção-Geral do Orçamento
DGTF – Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
DMP – Divisão de Modelização e Previsão
DMS – Divisão de Mercados e Serviços
DPE – Divisão de Políticas Europeias
DRB – Divisão de Relações Bilaterais
DRM – Divisão de Relações Multilaterais
DSCI – Direcção de Serviços de Cooperação e Instituições
DSPCG – Direcção de Serviços de Planeamento e Controlo da Gestão
DSRSI – Direcção de Serviços de Recursos e Sistemas de Informação
ECOFIN – Conselho de Ministros para as Questões Económicas e Financeiras
EFTA – *European Free Trade Association*
FAD-11 – 11ª reconstituição de recursos do Fundo Africano de Desenvolvimento
FAfD – Fundo Africano de Desenvolvimento
FAsD – Fundo Asiático de Desenvolvimento
FAsD X – 10ª reconstituição de recursos do Fundo Asiático de Desenvolvimento
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FEMIP – Facilidade Euro-Mediterrânica para o Investimento e Parcerias
FMI – Fundo Monetário Internacional
G-20 – Grupo dos 20 Países em Desenvolvimento
GATS – General Agreement on Trade in Services
GEE – Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e Inovação
GMEF – Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças



GPEARI – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
GSEAF - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais
GSEAO - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento
GSEAP - Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública
GSETF - Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças
ICEP – Instituto das Empresas para os Mercados Externos
IFIs - Instituições Financeiras Internacionais
IIMFAP – Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública
IGF – Inspeção-Geral de Finanças
IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
LIME – *Lisbon Methodology*
MAI - Ministério da Administração Interna
MAOTDR - Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional
MADRP - Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas
MC - Ministério da Cultura
MCTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
ME - Ministério da Educação
MEF – Ministro de Estado e das Finanças
MEI – Ministério da Economia e Inovação
MDN -Ministério da Defesa Nacional
MFAP – Ministério das Finanças e da Administração Pública
MJ - Ministério da Justiça
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
MOPT - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
MS - Ministério da Saúde
MTSS - Ministério do Trabalho e Solidariedade Social
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCM - Presidência do Conselho de Ministros
PE – Parlamento Europeu
PEV – Política Europeia de Vizinhança
PICAT – Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica
PICATFin - Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas
QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização
REPER – Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
SEAO – Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento
SETF – Secretário de Estado do Tesouro e Finanças
SG – Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública
SOLVIT – Rede de Resolução de Problemas do Mercado Interno
STP – São Tomé e Príncipe
TAIEX – *Technical Assistance and Information Exchange*
UCP - Universidade Católica Portuguesa
UE – União Europeia
UPE – Unidade de Política Económica

ANEXOS I

I.1. Organograma do GPEARI



I.2. QUAR 2008 - GPEARI



ANO: 2008

Ministério: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Organismo: Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

MISSÃO: Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, assegurar, directamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais, acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério.

Objectivos Estratégicos

OE 1: Potenciar a excelência da informação económico-financeira produzida

OE 2: Contribuir para a identificação e disseminação de boas práticas no âmbito da qualidade das Finanças Públicas

OE 3: Potenciar ganhos na credibilidade internacional do País

Objectivos Operacionais

Eficácia Ponderação: 50,0%

O1. Promover a investigação nas áreas de competência do GPEARI

Ponderação: 40,0%

Indicadores	2006	2007	2008 Meta	Peso	2008 Realizado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind 1. Número de artigos ou working papers publicados, sendo pelo menos 50% de produção interna	0	1	10	100,0%	20	200,0%	Superou	10

O2. Potenciar os resultados de programas/projectos

Ponderação: 60,0%

Ind 2. Número de iniciativas concretizadas em colaboração com entidades externas		1	8	33,0%	11	137,5%	Superou	3
Ind 3. Percentagem de serviços do MFAP com QUAR operacional			80,0%	34,0%	93,3%	116,7%	Superou	13,3
Ind 4. Aumento do índice global de retorno de APD do MFAP (%)		12,0%	26,0%	33,0%	106,2%	408,6%	Superou	80,2

Eficiência

Ponderação: 30,0%

O3. Simplificar e racionalizar processos

Ponderação: 50,0%

Indicadores	2006	2007	2008 Meta	Peso	2008 Realizado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind 5. Pedidos respondidos e acções desenvolvidas dentro do prazo / Total de pedidos e acções a desenvolver			90,0%	100,0%	91,1%	101,2%	Superou	1,1

O4. Optimizar resultados face aos recursos utilizados

Ponderação: 50,0%

Ind 6. Índice de eficiência do serviço			1,00	100,0%	1,69	169,3%	Superou	0,7
----------------------------------------	--	--	------	--------	------	--------	---------	-----

Qualidade

Ponderação: 20,0%

O5. Garantir a qualidade e fiabilidade da informação disponibilizada

Ponderação: 50,0%

Indicadores	2006	2007	2008 Meta	Peso	2008 Realizado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind 7. Nível de satisfação dos utilizadores (%)			70,0%	100,0%	73,5%	104,9%	Atingiu	0,0

O6. Reforçar a imagem externa do GPEARI

Ponderação: 50,0%

Ind 8. Participação do GPEARI em iniciativas externas / Total de solicitaçõesx100		60,0%	75,0%	100,0%	83,3%	111,1%	Superou	8,3
-----------------------------------------------------------------------------------	--	-------	-------	--------	-------	--------	---------	-----

Avaliação Desempenho do Serviço	Ponderação	Avaliação do Desempenho	Avaliação Qualitativa
Eficácia	50,0%	106,0%	
Eficiência	30,0%	40,6%	
Qualidade	20,0%	21,6%	
Avaliação Final	100,0%	168,2%	BOM

Recursos Humanos	Pontuação	Pontos Planeados	2008 Realizado	Desvio
Dirigentes - Direcção superior	20	60	61	1
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa	16	128	120	-8
Técnico Superior	12	458	329	-129
Coordenador Técnico	9	18	18	0
Assistente Técnico	8	56	42	-14
Assistente Operacional	5	5	5	0
Total		725	575	-150

Nº de Effectivos no Organismo	31-12-2007	31-12-2008
	40	41

Recursos Financeiros (euros)	Estimado	2008 Realizado	Desvio
Orçamento Funcionamento	1 787 497	1 676 729	-110 768
Aquisição de bens e serviços	164 875	259 434	94 559
Despesas com o Pessoal	1 464 228	1 416 849	-47 379
Outras despesas correntes	44 687	446	-44 241
PIDDAC	198 983	29 394	-169 589
Outros	4 835 000	3 874 863	-960 137
Total	6 821 480	5 580 986	-1 240 494

Indicadores	Fonte de Verificação
Número de artigos ou working papers publicados, sendo pelo menos 50% de produção interna	Sítio do GPEARI na Internet.
Número de iniciativas concretizadas em colaboração com entidades externas	Parcerias estabelecidas com entidades externas ao Ministério.
Percentagem de serviços do MFAP com QUAR operacional	Relatórios de reporte do desempenho dos serviços do MFAP.
Aumento do índice global de retorno de APD do MFAP (%)	APD=Ajuda Pública ao Desenvolvimento. O índice é uma média simples: Índice1 reflecte a variação nº empresas (2007=82) que participam em iniciativas de procurement e Índice2 reflecte a variação nº funcionários portugueses nas IFIs (2007=101).
Pedidos respondidos e acções desenvolvidas dentro do prazo / Total de pedidos e acções a desenvolverx100	Base de dados do sistema de indicadores de desempenho.
Índice de eficiência do serviço	Sistema de indicadores de gestão. Fórmula de cálculo: rácio entre o índice (Acções Realizadas/Planeadas) e o índice (Recursos Financeiros Realizados/Planeados). Considera-se uma tolerância de 5% no cumprimento do objectivo.
Nível de satisfação dos utilizadores (%)	Inquérito de opinião aos utilizadores da informação prestada pelo GPEARI. Considera-se uma margem de tolerância de 10 pontos percentuais para o cumprimento do objectivo, por ser o ano do lançamento do inquérito.
Participação do GPEARI em iniciativas externas / Total de solicitaçõesx100	Intervenções em reuniões, conferências, seminários. A verificação será feita através das actas, súmulas, relatórios dos eventos e de acordo com critérios de pertinência, rigor e outros definidos internamente.

I.3. Questionário de Satisfação aos Utilizadores Externos

Principais utilizadores externos

O GPEARI é um serviço de apoio à governação do Ministério das Finanças e da Administração Pública. A equipa política do Ministério das Finanças é, assim, o principal destinatário dos serviços prestados por este organismo.

Num segundo grupo de interlocutores do GPEARI incluem-se as entidades com as quais o gabinete interage e articula a sua actividade, entre as quais se destacam outros gabinetes ministeriais e serviços da Administração Pública, organizações internacionais, como a Comissão Europeia, a OCDE, o FMI, o Banco Mundial, o Banco Europeu de Investimento e outras Instituições financeiras internacionais:

- Restantes serviços do MFAP;
- Outros serviços da Administração Pública (MNE, MEI, MTSS, MAOTDR, PCM);
- Instituto Nacional de Estatística;
- Banco de Portugal, ISP, CMVM;
- Ordens profissionais e associações do sector financeiro;
- Organizações internacionais (Comissão Europeia, OCDE, Fundo Monetário internacional, BM, BEI, BERD, BAD, BAsD, BID, CEB);
- Ministérios das Finanças de países terceiros.

Por fim, são igualmente destinatários dos serviços prestados pelo GPEARI:

- Embaixadas;
- Empresas de *rating*;
- Universidades;
- Empresas, banca;
- Comunicação Social especializada (nacional e internacional);
- Cidadãos.



Metodologia utilizada

Questionário de satisfação para utilizadores externos - 2008

Identificação da Organização: **GPEARI**

Ministério: **Finanças e da Administração Pública**

Data: -- / -- / ----

Instruções de resposta ao questionário:

A procura de uma melhoria contínua dos **serviços prestados** é o principal compromisso assumido por esta organização.

Neste sentido, conhecer o grau de satisfação dos clientes é fundamental. Disso depende a criação de novos produtos/serviços e a prestação de um serviço de maior qualidade.

Colabore com a nossa organização na prossecução dessa meta, preenchendo este questionário.

Não **há respostas certas ou erradas** relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal, sincera e objectiva.

Este questionário é de natureza **confidencial e anónima**.

Data limite para submissão de respostas: 15 de Janeiro de 2009.

1 = Mau, 2 = Insatisfatório, 3 = Satisfatório, 4 = Bom e 5 = Excelente.

Satisfação com...		Grau de Satisfação alcançado					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
		1	2	3	4	5	
Imagem global da organização	Q1. Desempenho da organização						
	Q2. Cortesia dos colaboradores que lidam com os serviços/clientes						
	Q3. Flexibilidade e autonomia dos colaboradores para resolver situações de resposta urgente						
Envolvimento e participação	Q4. Possibilidade de utilização de vários canais de comunicação (telefone; e-mail; reuniões)						
	Q5. Existência de interlocutores adequados para esclarecimento de questões específicas						
	Q6. Participação do serviço em reuniões para debater temas de interesse comum						
Acessibilidade	Q7. Informação acessível						
	Q8. Meios expeditos na prestação do serviço (ex. uso de e-mail)						
	Q9. Atendimento telefónico						
	Q10. Qualidade da informação disponibilizada (atempada, relevante, fidedigna)						
	Q11. Tempo de resposta às solicitações						

Muito obrigado pela sua colaboração.

Ficha técnica:

Período de realização do questionário: 23 de Dezembro de 2008 a 15 de Janeiro de 2009. Pontualmente, foram obtidas algumas respostas ao questionário ao longo do ano.

Dimensão da amostra = 30 respostas válidas.

Taxa de respostas = 14%.

Grau de satisfação apurado = 4 (Bom); Meta QUAR 2008 = 4.

I.4. Questionário de Satisfação para Colaboradores

Metodologia utilizada

Questionário de satisfação para colaboradores

Identificação da Organização: **GPEARI**

Data: -- / -- / --

Instruções de resposta ao questionário:

Este questionário versa um conjunto de temáticas relativas ao modo como o colaborador percepciona a organização de modo a aferir o grau de satisfação com a organização e de motivação sobre as actividades que desenvolve.

É de toda a conveniência que responda com o máximo de rigor e honestidade, pois só assim é possível à sua organização apostar numa melhoria contínua dos serviços que presta.

Não **há respostas certas ou erradas** relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal, sincera e objectiva.

Este questionário é de natureza **confidencial**. O tratamento deste, por sua vez, é efectuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, o que significa que o seu **anonimato** é respeitado.

1 = Mau, 2 = Insatisfatório, 3 = Satisfatório, 4 = Bom e 5 = Excelente.

1. Satisfação global dos colaboradores com a organização						
Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Desempenho global da organização						
Nível de envolvimento dos colaboradores na organização e na respectiva missão						
Envolvimento dos colaboradores nos processos de tomada de decisão						
Envolvimento dos colaboradores em actividades de melhoria						
Mecanismos de consulta e diálogo entre colaboradores e gestores						

2. Satisfação com a gestão e sistemas de gestão							
Satisfação com...		Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
		1	2	3	4	5	
Aptidão da liderança para conduzir a organização (estabelecer objectivos, afectar recursos, monitorizar o andamento dos projectos...)	Gestão de topo						
	Gestão de nível intermédio						
Aptidão da gestão para comunicar	Gestão de topo						
	Gestão de nível intermédio						
Forma como o sistema de avaliação do desempenho em vigor foi implementado							
Forma como os objectivos individuais e partilhados são fixados							
Forma como a organização recompensa os esforços individuais/grupo							
Forma como a organização recompensa o mérito							
Postura da organização face à mudança e à modernização							



3. Satisfação com as condições de trabalho

Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Ambiente de trabalho						
Eficiência da organização na resolução de assuntos relacionados com os recursos humanos						
Horário de trabalho						
Igualdade de oportunidades nos processos de promoção						

4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira

Satisfação com...	Grau de Satisfação					O que falta para que o seu grau de satisfação seja 5?
	1	2	3	4	5	
Política de gestão de recursos humanos existente na organização						
Oportunidades criadas pela organização para desenvolver novas competências						
Ações de formação que realizou até ao presente						

5. Satisfação com equipamentos e serviços informáticos, condições de higiene e instalações

Satisfação com...	Grau de Satisfação					Registe aqui as suas sugestões de melhoria
	1	2	3	4	5	
Equipamentos e <i>software</i> informáticos disponíveis						
Disponibilidade dos serviços informáticos (correio electrónico, internet, intranet, acesso externo a dados)						
Condições de higiene						
Instalações						

Muito obrigado pela sua colaboração.

Ficha técnica:

Período de realização do questionário: 19 de Dezembro de 2008 a 9 de Janeiro de 2009.

Dimensão da amostra = 30 respostas válidas.

Taxa de respostas = 75%.

Grau de satisfação apurado = 3 (Satisfatório).

I.5. Quadros do Balanço Social

QUADRO I.5.1		Contagem dos efectivos por grupo de pessoal, relação jurídica de emprego e sexo						ANO: 2008
Recursos Humanos	Sexo	Dirigente	Técnico Superior	Administrativo	Auxiliar	Pessoal de Informática	Docente	Total
Total de efectivos	H	5	5	1	0	2	1	14
	M	6	15	2	1	2	1	27
	T	11	20	3	1	4	2	41
Nomeação	H	5	5	1	0	2		13
	M	6	11	2	1	2		22
	T	11	16	3	1	4	0	35
Contrato administrativo de provimento	H						1	1
	M						1	1
	T	0	0	0	0	0	2	2
Contrato de trabalho por tempo indeterminado	H							0
	M							0
	T	0	0	0	0	0	0	0
Contrato de trabalho a termo resolutivo certo	H							0
	M							0
	T	0	0	0	0	0	0	0
Contrato de trabalho a termo resolutivo incerto	H							0
	M							0
	T	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de serviços	H		0					0
	M		3					3
	T	0	3	0	0	0	0	3
Requisição / Destacamento / Afectação específica / Cedência especial	H		0					0
	M		1					1
	T	0	1	0	0	0	0	1
Outros	H							0
	M							0
	T	0	0	0	0	0	0	0

QUADRO I.5.2	Contagem dos efectivos por escalão etário segundo o sexo		ANO: 2008
Estrutura etária (em 31 de Dezembro)	Homens	Mulheres	Total
25 - 29	1	2	3
30 - 34	1	2	3
35 - 39	6	11	17
40 - 44	1	4	5
45 - 49	1	1	2
50 - 54	1	2	3
55 - 59	3	3	6
60 - 64	0	1	1
65 - 69	0	1	1
Total	14	27	41

$$\text{Idade média} = \frac{\text{Soma das idades}}{\text{Total de efectivos}} = 41,7$$



QUADRO I.5.3	Contagem dos efectivos por nível de antiguidade segundo o sexo		ANO: 2008
Estrutura antiguidades (em 31 de Dezembro)	Homens	Mulheres	Total
Até 5 anos	2	1	3
5 - 9	2	10	12
10 - 14	2	4	6
15 - 19	1	0	1
20 - 24	0	3	3
25 - 29	3	2	5
30 - 35	1	2	3
Antiguidades não lançadas	3	5	8
Total	14	27	41

QUADRO I.5.4	Contagem dos efectivos por nível de escolaridade, segundo o sexo		ANO: 2008
Estrutura habilitacional (em 31 de Dezembro)	Homens	Mulheres	Total
4 anos de escolaridade	0	1	1
6 anos de escolaridade	0	0	0
9 anos de escolaridade	0	1	1
11 anos de escolaridade	1	1	2
12 anos de escolaridade	2	2	4
Licenciatura	5	19	24
Mestrado	3	2	5
Doutoramento	3	1	4
Total	14	27	41

QUADRO I.5.5	Contagem dos efectivos admitidos e regressados durante o ano, por grupo de pessoal, relação jurídica de emprego e sexo							ANO: 2008
Admissões	Sexo	Dirigente	Técnico Superior	Administrativo	Auxiliar	Pessoal de Informática	Docente	Total
Total de efectivos	H	0	1	0	0	0	1	2
	M	0	3	0	0	0	1	4
	T	0	4	0	0	0	2	6
Nomeação	H		0					0
	M		1					1
	T	0	1	0	0	0	0	1
Contrato administrativo de provimento	H						1	1
	M						1	1
	T	0	0	0	0	0	2	2
Contrato de trabalho por tempo indeterminado	H							0
	M							0
	T	0	0	0	0	0	0	0
Contrato de trabalho a termo resolutivo certo	H							0
	M							0
	T	0	0	0	0	0	0	0
Contrato de trabalho a termo resolutivo incerto	H							0
	M							0
	T	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de serviços	H							0
	M							0
	T	0	0	0	0	0	0	0
Requisição / Destacamento / Afectação específica / Cedência especial	H		1					1
	M		2					2
	T	0	3	0	0	0	0	3
Outros	H							0
	M							0
	T	0	0	0	0	0	0	0



QUADRO I.5.6		Contagem dos efectivos saídos durante o ano, por grupo de pessoal, relação jurídica de emprego e sexo							ANO: 2008
Saídas definitivas ou com hipótese de regresso (durante o ano)	Sexo	Dirigente	Técnico Superior	Técnico	Administrativo	Auxiliar	Pessoal de Informática	Docente	Total
Total	H	1	2	0	0	0			3
	M	0	3	1	2	1			7
	T	1	5	1	2	1	0	0	10
Do quadro	H	0	2	0	0	0			2
	M	1	3	1	2	1			8
	T	1	5	1	2	1	0	0	10
De fora do quadro	H								0
	M								0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0

QUADRO 1.5.7	Contagem dos funcionários saídos definitivamente durante o ano, por grupo de pessoal, segundo o motivo de saída							ANO: 2008
Motivo das saídas dos funcionários (durante o ano)	Dirigente	Técnico Superior	Técnico	Administra tivo	Auxiliar	Pessoal de Informática	Docente	Total
Motivos das Saídas Definitivas	1	2	1	2	1	0	0	7
Falecimento		1						1
Exoneração								0
Aposentação	1	1						2
Limite de idade								0
Aposentação compulsiva								0
Demissão								0
Mútuo acordo								0
Mobilidade especial				2	1			3
Outros			1					1
Motivos das Saídas Temporárias	0	3	0	0	0	0	0	3
Início ou fim de situação transitória		3						3
Total	1	5	1	2	1	0	0	10

QUADRO I.5.8		Contagem das mudanças de situação dos efectivos no serviço durante o ano, por grupo de pessoal, segundo o motivo e o sexo						ANO: 2008
Mudanças de situação	Sexo	Dirigente	Técnico Superior	Administrativo	Auxiliar	Pessoal de Informática	Docente	Total
Total de efectivos	H	0	1	0	0	0	0	1
	M	1	1	0	0	0	0	2
	T	1	2	0	0	0	0	3
Promoções	H		0					0
	M		1					1
	T	0	1	0	0	0	0	1
Promoções por mérito excepcional	H	0	1					1
	M	1	0					1
	T	1	1	0	0	0	0	2
Progressões por mérito excepcional	H							0
	M							0
	T	0	0	0	0	0	0	0
Reconversões e Reclassificações	H							0
	M							0
	T	0	0	0	0	0	0	0

QUADRO I.5.9	Contagem dos efectivos por grupo de pessoal e modalidade de horário							ANO: 2008
Modalidade de horário	Dirigente	Técnico Superior	Técnico Profissional	Administrativo	Auxiliar	Pessoal de Informática	Docente	Total
Horário rígido		17		2	1	4	2	26
Horário flexível								0
Horário desfasado								0
Jornada contínua								0
Trabalho por turnos								0
Trabalhador-estudante								0
Assistência a descendentes menores								0
Tempo parcial								0
Semana de 4 dias								0
Não tem horário		3						3
Isenção de horário	11			1				12



QUADRO I.5.10	Contagem das horas de trabalho extraordinário, diurno e nocturno, e em dias de descanso e feriados, efectuadas pelos efectivos do serviço durante o ano, segundo o sexo	ANO: 2008
Modalidade de prestação de trabalho	Homens	Mulheres
Trabalho extraordinário (diurno e nocturno)		
Trabalho extraordinário compensado por		
Trabalho extraordinário compensado por		
Trabalho extraordinário nocturno		
Trabalho em dias de descanso complementar		
Trabalho em dias de descanso semanal		3
Trabalho em dias feriados		
Tempo parcial		
Semana de 4 dias		
Isonção de horário		

QUADRO I.5.11	Contagem dos dias de ausência ao trabalho durante o ano, por grupo de pessoal, segundo o tipo de ausência e sexo							ANO: 2008
Ausências ao trabalho	Sexo	Dirigente	Técnico Superior	Administrativo	Auxiliar	Pessoal de Informática	Docente	Total
Total	H	0	0	0	0	0	0	360
	M	0	0	0	0	0	0	896
	T	0	0	0	0	0	0	1 256
Casamento	H							0
	M							0
	T	0	0	0	0	0	0	0
Maternidade / Paternidade	H	0						0
	M	100						100
	T	100	0	0	0	0	0	100
Nascimento	H							0
	M							0
	T	0	0	0	0	0	0	0
Falecimento de familiar	H	0	0			0		0
	M	3	2			2		7
	T	3	2	0	0	2	0	7
Doença	H	9	6	5		0		20
	M	27	128	14		3		172
	T	36	134	19	0	3	0	192
Doença prolongada	H							0
	M							0
	T	0	0	0	0	0	0	0
Assistência a familiares	H		0	0				0
	M		10	2				12
	T	0	10	2	0	0	0	12
Trabalhador-estudante	H			9				9
	M			0				0
	T	0	0	9	0	0	0	9
Por conta do período de férias	H	1	2	5		3		11
	M	2	9	0		3		14
	T	3	11	5	0	6	0	25
Férias	H	70	150	26	0	71	3	320
	M	197	242	58	26	57	6	586
	T	267	392	84	26	128	9	906
Com perda de vencimento	H							0
	M							0
	T	0	0	0	0	0	0	0
Cumprimento de pena disciplinar	H							0
	M							0
	T	0	0	0	0	0	0	0
Injustificadas	H							0
	M							0
	T	0	0	0	0	0	0	0
Outras	H	0	0					0
	M	3	2					5
	T	3	2	0	0	0	0	5

QUADRO I.5.12	Total dos encargos com pessoal durante o ano	ANO: 2008
Encargos com pessoal		Valor (Euros)
Remuneração base		1 266 714,9
Suplemento trabalho extraordinário		718,2
Trabalho normal nocturno		
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriado		
Disponibilidade permanente		
Outros regimes especiais de prestação de trabalho		
Risco, penosidade e insalubridade		
Fixação na periferia		
Trabalho por turnos		
Abono para falhas		
Participação em reuniões		
Ajudas de custo		25 248,1
Transferências de localidade		
Representação		42 326,9
Suplemento por funções de secretariado		1 517,9
Outros		37 550,2
Total		1 374 076,1

QUADRO I.5.13	Encargos com prestações sociais	ANO: 2008
Prestações sociais		Valor (Euros)
Abono de família		4 540,9
Subsídio de casamento		
Subsídio de nascimento		
Subsídio de aleitação		
Abono complementar a crianças e jovens deficientes		2 812,0
Subsídio de educação especial		
Subsídio mensal vitalício		
Subsídio de funeral		
Subsídio de refeição		35 421,1
Prstação de acção social complementar		
Subsídio de morte		
Outras prestações sociais		
Total		42 773,9

QUADRO I.5.14	Relações profissionais	ANO: 2008
Relações profissionais		Número
Sindicato dos quadros técnicos do Estado		1
Sindicato dos trabalhadores da Administração Pública		1
Total		2

**ANEXOS II - Actividades, Representação Institucional
e Iniciativas Externas desenvolvidas em 2008**

ANEXO II-1: ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2008 - UNIDADE DE POLÍTICA ECONÓMICA

Actividades	Unidades Orgânicas	Programado (1)	Realizado (2)	Desvio (2-1)	Origem do pedido / comentários
Elaboração de publicações e notas regulares sobre a economia portuguesa e internacional:					
Boletim Mensal de Economia Portuguesa (BMEP)	DMP/DFP	11	12	1	Publicação conjunta com o GEE/MEI desde Janeiro de 2008, tal como programado. Foi realizada a publicação de Agosto de 2008 (não prevista).
Indicadores Mensais de Conjuntura	"	11	12	1	
Síntese de Indicadores de Conjuntura (semanais/diárias)	DMP/DFP	48	154	106	
Nota sobre Contas Nacionais Trimestrais	DMP	4	4		
Nota sobre Previsões Trimestrais	"	4	6	2	
Nota Mensal do Comércio Internacional	"	12	12		
Nota sobre Previsões Anuais para a Economia Portuguesa	"	12	12		
Dossiers de Finanças Públicas - Nacional e Comparações Internacionais	DFP	4	6	2	Os dossiers de comparações internacionais (2) foram actualizados com informação do Eurostat e posteriormente da AMECO.
Publicação anual "Economia Portuguesa", versão em português e inglês, em Novembro	DMP/DFP/DPE	2	1	-1	Publicação em Janeiro 2009. O adiamento da Economia Portuguesa prendeu-se com a elaboração antecipada da 1ª versão (interna) da actualização do PEC. Foi divulgada apenas a versão em português.
Produção de instrumentos de acompanhamento e previsão da actividade económica:					
Reformulação da base de dados de Finanças Públicas para produção do BMEP e Dossier de Finanças Públicas	DFP				
Reformulação do modelo macro na componente da Dívida Pública	DFP		Abril		
Actualização dos indicadores coincidentes do consumo privado e do investimento	DMP	12	12		
Actualização das Séries Longas das Contas Nacionais Anuais	DMP	Até Dezembro	Janeiro e Julho		Em seguimento à divulgação das Contas Nacionais Anuais para o ano de 2005 e 2006 e séries retropoladas desde 1995, (PIB desde 1960).
Contributos para documentos oficiais:					
Relatório de Orientação da Política Orçamental	DMP/DFP	Abril	Maio		Por decisão superior, a elaboração do ROPO foi posterior à das GOP.
Grandes Opções do Plano	DMP/DFP	Maio	Abril		
Orçamento do Estado para 2009	DMP/DFP	Setembro a 15 Outubro	Setembro a 15 Outubro		
Programa de Estabilidade e Crescimento (Actualização de Dezembro de 2008)	DMP/DFP/DPE	Novembro a 15 Dezembro	Novembro a 19 Janeiro 2009		O prolongamento dos trabalhos do PEC prendeu-se com a aprovação, em Dezembro, do pacote de medidas para fazer face ao impacto da crise financeira na economia real, nomeadamente a Iniciativa para o Investimento e Emprego.
Balanço da Participação de Portugal na UE - 2007	DPE/DMS/DMP	Janeiro	Janeiro		DGAE/MNE.
Relatório de Actualização do GAFI	DMS	Junho	Junho		Gabinete do SEAF e BP. Foi preparado contributo referente à aplicação da III Recomendação Especial do GAFI.
No âmbito da concepção e execução da política legislativa do MFAP:					
Coordenação dos processos pré-contenciosos com a Comissão Europeia, em articulação com os demais organismos e serviços do MFAP, a DGAE/MNE e a REPER	DMS	-	60		DGAE/MNE.
Coordenação da intervenção do MFAP nos processos contenciosos comunitários	DMS	-	170		DGAE/MNE.
SOLVIT	DMS	-	2		Coordenação e elaboração da resposta aos pedidos de informação de cidadãos e empresas da UE, canalizados através da rede SOLVIT.
Regulamentos comunitários relativos à luta contra o financiamento do terrorismo e sanções financeiras internacionais	DMS	-	35		DGAE/MNE. Coordenação e promoção da aplicação dos Regulamentos comunitários relativos à luta contra o financiamento do terrorismo, bem como o acompanhamento das negociações dos Regulamentos comunitários e das Resoluções das Nações Unidas relativos às sanções financeiras internacionais.
Coordenação e transposição de Directivas comunitárias, em articulação com os demais organismos e serviços do MFAP, a DGAE/MNE e REPER	DMS	-	48		DGAE/MNE.
Criação de anteprojecto de legislação que estabelece um mecanismo compensatório administrativo destinado a cobrir os danos resultantes de incidentes envolvendo veículos pesados, em viagens de carácter internacional.	DMS	-	3		MEF.

ANEXO II-1: ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2008 - UNIDADE DE POLÍTICA ECONÓMICA

Actividades	Unidades Orgânicas	Programado (1)	Realizado (2)	Desvio (2-1)	Origem do pedido / comentários
No âmbito do acompanhamento dos assuntos relacionados com o mercado interno europeu:					
Acompanhamento e coordenação dos trabalhos subsequentes à Revisão do Mercado Interno, em articulação com a DGAE/MNE.	DMS	vários	vários		Destacam-se os trabalhos realizados ao nível do Comité de Política Económica (CPE), Comité Económico e Financeiro (CEF) e ECOFIN, no seguimento da publicação em Novembro de 2007 da Comunicação da Comissão Europeia "Um mercado único para a Europa do Século XXI", relativamente aos exercícios de 'screening' sectorial ao nível comunitário, bem como relativamente à monitorização dos mercados que apresentam sinais de mau funcionamento contribuindo para a sua falta de competitividade no seio da UE. É ainda de destacar o trabalho efectuado ao nível das referidas formações a respeito do acompanhamento do mercado interno, na sequência da implementação do plano de relançamento económico europeu, no actual contexto de crise económica e financeira.
Acompanhamento de matérias diversas no quadro do mercado interno europeu	DMS	-	12		É de destacar o início do acompanhamento da negociação da proposta de Directiva relativa aos direitos dos consumidores, em articulação com a DGAE/MNE e os serviços do MFAP envolvidos na matéria (BP/CMVM/ISP/Ordem dos Revisores Oficiais de Contas/Técnicos Oficiais de Contas).
Coordenação e acompanhamento da participação do MFAP nas negociações comunitárias em matéria de serviços financeiros	DMS	vários	vários		Destaca-se a participação em briefings preparatórios do Comité dos Serviços Financeiros e do Comité Económico e Financeiro em matéria de serviços financeiros, divulgação de informação junto das Entidades de Supervisão financeira e SETF, etc.
Coordenação e acompanhamento da participação do MFAP nas negociações comunitárias em matéria de compras públicas, tratadas ao nível do Comité Consultivo para os Mercados Públicos, do Grupo de Trabalho do Conselho "Contratos Públicos" e do Grupo "Estatísticas"	DMS	-	17		DGAE/MNE. Destaca-se a coordenação da definição da posição nacional, em articulação com a ANCP, relativamente a diversas propostas/iniciativas legislativas nesta área.
Acompanhamento da participação do MFAP nas negociações comunitárias na área da fiscalidade directa e indirecta	DMS	-	15		
Acompanhamento da participação do MFAP nas negociações comunitárias em matérias de natureza aduaneira, no seio do grupo "União Aduaneira" e "Cooperação Aduaneira" e do Comité do Código Aduaneiro e do Comité de Gestão dos Mecanismos de Troca	DMS	-	8		
Acompanhamento da participação nacional nas negociações nacionais em matéria de auxílios de Estado	DMS	-	27		DGAE/MNE. Destaca-se a coordenação da definição da posição nacional, em articulação com a DGCI, DGAEIC e DGTF, relativamente a diversas propostas/iniciativas legislativas nesta área e a coordenação da recolha e apresentação à Comissão dos dados quantitativos dos auxílios de Estado de natureza fiscal sob a forma de garantias. É de salientar ainda os processos de notificação efectuados à Comissão Europeia dos regimes de auxílios de Estado concedidos ao sector financeiro bancário português, no quadro da implementação do plano de relançamento económico europeu, bem como na sequência da adopção ao nível da UE do enquadramento temporário dos auxílios de Estado no contexto da actual crise económica e financeira.
Direito das Sociedades	DMS	-	24		Há que destacar, o acompanhamento dos seguintes assuntos na área do Direito das Sociedades: <i>(i)</i> proposta de Directiva relativa às obrigações em matéria de relatórios e documentação em caso de fusões e cisões; <i>(ii)</i> proposta de Directiva respeitante às garantias de protecção de terceiros e de accionistas na constituição de uma sociedade anónima, bem como na constituição e manutenção do seu capital social; <i>(iii)</i> Plano de acção do Conselho "A Small Business Act for Europe"; <i>(iv)</i> proposta de Directiva no que respeita a determinados requisitos de divulgação para as pequenas e médias sociedades e à obrigação de apresentar contas consolidadas; <i>(v)</i> proposta de Directiva no que respeita às obrigações de publicação e tradução de certas formas de sociedades; <i>(vi)</i> proposta de Regulamento sobre a criação do Estatuto de Sociedade Europeia Privada.
Diversos	DMS	-	2		
No âmbito do acompanhamento dos assuntos relacionados com as relações externas da União Europeia:					
Análise, coordenação e acompanhamento da acção do MFAP em matéria do relacionamento multilateral da UE, com base na documentação da OMC e do Comité do Artigo 133	DMS	-	6		DGAE/MNE. Destaca-se a análise várias ofertas em serviços no âmbito dos procesos de adesão à OMC, o exercício anual de revisão dos compromissos assumidos pela China na OMC e o litígio entre a Comissão Europeia e os EUA, por um lado, e a China, por outro, no seio OMC relativo à actividade de prestação de serviços de informação financeira na China.
Acompanhamento e análise da documentação e das negociações, bem como a coordenação da posição do MFAP, em matéria de relacionamento bilateral da UE, ao nível dos grupos de trabalho regionais e do Comité do Artigo 133	DMS	-	74		DGAE/MNE. Destacam-se os trabalhos no âmbito das negociações de diversos Acordos de Comércio Livre ou Acordos de Parceria Económica UE/terceiros, de diversas Cimeiras UE/países terceiros, do Diálogo para a Reforma Regulamentar UE-Japão, da segunda e terceira reuniões do Conselho Económico Transatlântico, e das negociações de um Acordo Plurilateral de Anti-Contrafacção.
Acompanhamento e análise da documentação e das negociações, bem como a coordenação da posição do MFAP, em matéria de relacionamento bilateral da UE com os países europeus, ao nível dos grupos de trabalho regionais e dos Conselhos de Associação, Comitês e Sub-Comitês	DMS	-	58		DGAE/MNE. Destacam-se os trabalhos no âmbito das negociações da adesão da Croácia e da Turquia à UE e de diversas matérias em discussão no Grupo EFTA (em particular, a negociação do acordo anti-fraude UE-Liechtenstein).
Divulgação junto dos serviços do MFAP de projectos de geminação de instituições e organização de visitas de estudo/Deslocação de peritos no âmbito do TAIEX, e coordenação das respectivas respostas	DMS	-			DGAE/MNE.
Acompanhamento da definição e implementação das medidas no quadro da PEV	DMS	-	vários		

ANEXO II-1: ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2008 - UNIDADE DE POLÍTICA ECONÓMICA

Actividades	Unidades Orgânicas	Programado (1)	Realizado (2)	Desvio (2-1)	Origem do pedido / comentários
Preparação e acompanhamento de missões a Portugal de organizações internacionais, incluindo contributos para as respostas a questionários:					
Missão da OCDE	DMP/DFP	Janeiro	Janeiro		Acompanhamento da "policy mission" da OCDE a Portugal, no âmbito da elaboração do <i>Economic Survey</i> sobre Portugal, o qual foi apresentado em <i>Workshop</i> a 25 de Junho.
Missão do FMI (Art.º 4)	DMP/DFP	Julho	Julho		Análise da versão <i>draft</i> do artigo em Outubro.
Visita da missão da Agência Internacional de Energia a Portugal	DPE+DMS	Novembro	Novembro		Contributo do MFAP para o preenchimento do " <i>Questionnaire for Country Submissions for the Review of Energy Policies</i> " (visita coordenada pela Direcção-Geral de Energia e Geologia do Ministério da Economia e da Inovação (DGEG-MEI))
Acompanhamento da actividade de Instituições Financeiras Europeias:					
BEI - Votos	DPE	Todos			Votos, Acordos de Princípio e preparação de informações (2).
FMI - Informações	DPE	2			
Artigos					
Balanço da Presidência Portuguesa na área dos Assuntos Económicos e Financeiros	DPE	1	1		Publicado em Janeiro.
Economia dos EUA e Comparação com os Períodos de 1990-1991 e 2000-2001	DMP	1	1		Publicado em Abril.
Evolução Recente dos Preços das Matérias-Primas e Impacto na Taxa de Inflação	DMP	1	1		Publicado em Julho.
O Processo de Lamfalussy	DMS	-	1	1	Publicado em Novembro.
Visão Integrada da União Europeia para responder aos Desafios à Escala Global. Vertente externa da política comunitária de promoção do crescimento e do emprego	DMS	-	1	1	Publicado em Dezembro.
A Política do Mercado Interno. Uma visão histórica e prospectiva para a Europa do século XXI. Revisão da estratégia do Mercado Interno	DMS	-	1	1	Publicado em Dezembro.
Artigo "Redirecting public expenditure in Portugal"	DFP	1			Publicado em "European Economy, The quality of public finances – findings of the Economic Policy Committee- Working Group 2004-2007" Occasional papers 37, Comissão Europeia.
Outros:					
Elaboração de informações em resposta a pedidos internos do MFAP	Todas	-	vários		
Principais resultados do Conselho ECOFIN	DPE/DMS	11	11		GPEARl - Resumo incluído no BMEP
Contributo para a revisão da posição de Portugal nos Códigos de Investimento da OCDE	DMS		vários		DGAE/MEI
Elaboração de textos para actualização do site do GPEARl	DMS	2008	Dezembro		Elaboração de textos nas seguintes áreas: Estratégia de Desenvolvimento Sustentável, Serviços e Capitais, Ambiente Empresarial, Protecção de Direitos, Fiscalidade e União Aduaneira, Concorrência, Questões regionais e bilaterais (Ásia, América do Norte, América latina, África, Caraíbas e Pacífico) e Alargamento e Espaço Europeu (EEE/EFTA).
Trabalho interno de análise das elasticidades fiscais nos países da União Europeia	SD[UPE]/DFP		Abril		

ANEXO II-1: ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2008 - UNIDADE DE POLÍTICA ECONÓMICA

Actividades não previstas	Unidades Orgânicas	Resultados	Origem do Pedido / Comentários
Repostas a solicitações sobre:			
Análise da situação económica nacional e das finanças públicas	DMP/DFP	40	Gabinete do MEF.
Exercício de projecção da receita e despesa em pensões da CGA para 2008	DFP	Janeiro	Gabinete do SEAO.
Preparação do Country Review Working Group na CE	DMP	Janeiro	Direcção do GPEARL.
Apresentação do Labour Market no LIME	DMP	Janeiro	CE.
Comparação Internacional de Endividamento das Famílias e Sociedades	DMP	Janeiro	Direcção do GPEARL.
Análise da versão draft da publicação da OCDE "Review of Budgeting in Portugal"	DFP	Junho	DGO.
Análise do Parecer Técnico da UTAO sobre o Orçamento do Estado para 2009	DFP/DMP	Novembro	Gabinete do MEF.
Reunião no Conselho Económico e Social relativa ao Parecer sobre o OE2009	DFP	Novembro	Gabinete do MEF.
Procedimentos escritos e Questionários no âmbito CEF/CPE/Ecofin	DPE/DMS	Todas as solicitações	Secretariado CEF/CPE.
Relatos Conferências telefónicas CEF	DPE/DMS	Vários	CEF/GMEF.
Destques para o Boletim Mensal de Economia Portuguesa:			
Evolução da inflação em 2007	DMP	Janeiro	Direcção do GPEARL.
População Activa e Participação no Mercado de Trabalho em 2007	DMP	Fevereiro	Direcção do GPEARL.
Evolução da Economia Portuguesa em 2007	DMP	Março	Direcção do GPEARL.
Procedimento dos défices excessivos - 1ª notificação de 2008	DFP	Abril	Direcção do GPEARL.
Previsões Macroeconómicas do FMI – Primavera de 2008	DMP	Abril	Direcção do GPEARL.
Previsões Macroeconómicas da Comissão Europeia – Primavera de 2008	DMP	Maio	Direcção do GPEARL.
Relatório de Orientação da Política Orçamental	DFP/DMP	Maio	Direcção do GPEARL.
Artigos no Boletim Mensal de Economia Portuguesa			
Balanço da Presidência Portuguesa na área dos assuntos económicos e financeiros (ECOFIN)	DPE	Fevereiro	Direcção do GPEARL.
Economia dos EUA e comparação com os períodos de 1990-1991 e 2000-2001	DMP	Abril	Direcção do GPEARL.
Evolução recente dos preços das matérias-primas e impacto na taxa de inflação	DMP	Julho	Direcção do GPEARL.
Caixas para o relatório do Orçamento do Estado para 2009:			
Evolução da Despesa Primária em Portugal no Contexto do Processo de Consolidação Orçamental	DFP	Outubro	Gabinete do MEF.
Efeito das alterações do Enquadramento Internacional no Cenário Macroeconómico	DMP	Outubro	Gabinete do MEF.
Evolução Recente do Mercado de Trabalho	DMP	Outubro	Gabinete do MEF.
Impacto da Evolução dos Preços das Matérias-Primas Internacionais no Comportamento da Inflação	DMP	Outubro	Gabinete do MEF.
Orçamento do Estado para 2009	UPE		Texto sobre a Iniciativa de Reforço da Estabilidade Financeira (IREF).
Programa de Estabilidade e Crescimento	UPE		Texto sobre a Iniciativa de Reforço da Estabilidade Financeira (IREF).

ANEXO II-1: ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2008 - UNIDADE DE POLÍTICA ECONÓMICA

Actividades não previstas	Unidades Orgânicas	Resultados	Origem do Pedido / Comentários
Diversos:			
Grupo de Trabalho para o Acordo Cambial com São Tomé e Príncipe	Subdirector	Dezembro	Participação nas reuniões, dado ser membro activo do Grupo de Trabalho.
PICATFIN - Guiné-Bissau	Subdirector	Fevereiro	Participação na missão de levantamento de necessidades.
Contributo para as reuniões com as agências de <i>rating</i> R&I, Fitch e Standard&Poor's	DMP/DFP	Março, Abril e Outubro	
Contributo para a preparação da visita de delegação tailandesa	DMP/DFP	Junho	
Análise do novo Inquérito ao Emprego (nova forma de inquirição)	DMP	Agosto	
Contributo para a recepção da delegação de S.Tomé e Príncipe	DMP/DFP	Setembro	
Orientação do trabalho de estágio sobre os efeitos da variação de taxa de juro sobre os encargos com a dívida pública (Protocolo com a UCP)	DFP	Julho-Setembro	
Análise de possível partilha de bases de dados de Medidas de Política e de Indicadores de Conjuntura com o GEE/MEI	DMP/DFP	Julho-Setembro	
Participação no juri de selecção de candidatos aos concursos externos para Economistas, Juristas e para a área da Cooperação e Relações Internacionais	DMS/DPE/DMP/DFP	Novembro/Dezembro	
Compilação de medidas implementadas pelos estados-membros no âmbito da crise económica	DPE	1	GMEF.
Preparação da visita da Ministra Francesa a Lisboa no âmbito da Presidência Francesa	DPE/DMS	1	GMEF.
Carta resposta Comissão relativa à entrega do Programa de Estabilidade de Portugal	DPE	1	GMEF.
Estratégia de Lisboa - CNEL	DPE	1	CPE/GMEF.
OCDE - Apoio à Rep. Permanente relativamente ao Financiamento da Instituição + Informação para GMEF	DPE	Várias	Representação Portuguesa junto da OCDE.
OCDE - Reuniões de coordenação MNE/DGATE	DPE	Várias	MNE/DGATE.
OCDE - Visita Secretário Geral	DPE/outras	1	GMEF.
Questionários OCDE, FMI e da Agência Internacional Energia	DPE/DMS	5	MNE/DGATE, FMI e MEI.
Apresentação AIE no MEI	DPE	1	MEI.
Orçamento Comunitário	DPE	3	Reuniões MNE+ Reunião DGO.
Informação DGO - Instituto Europeu de Patentes	DPE	1	REPER.
Acordo Cambial Cabo Verde	DPE/DRB	1	Participação na verificação do relatório e cartas a dirigir ao CEF/BCE e COM.
Cartas informação da visita do GPEARI a S. Tomé - Acordo Cambial	DPE	1	Direcção do GPEARI.
Iniciativa de Reforço da Estabilidade Financeira	DMS/Assessora Direcção	Dezembro	Contributo para Gabinete MEF .
Resposta, em articulação com os demais organismos do MFAP, a questões pontuais colocadas por embaixadas, empresas e particulares, especialmente na área dos Serviços Financeiros.	DMS	Várias	Elaboração de documento de apoio ao almoço do Director-Geral com representante da Embaixada da Alemanha.
Resposta, em articulação com os demais organismos do MFAP, a questões pontuais colocadas por embaixadas, empresas e particulares, especialmente na área do Direito Fiscal.	DMS	3	
Promoção da aprovação, ratificação e aplicação de Tratados, Acordos e Protocolos em matérias da competência do MFAP, em coordenação com os demais organismos do MFAP e com o MNE.	DMS	8	
Contributo de resposta a questionários/pedidos das instituições comunitárias.	DMS	5	

ANEXO II-2: REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL - UNIDADE DE POLÍTICA ECONÓMICA

Grupos de Trabalho, missões técnicas e outras representações	Representante / participante	Contributos	Programado (1)	Realizado (2)	Desvio (2-1)	Comentários
Comité de Política Económica (CPE), Comité Económico Financeiro (CEF), Conselho de Ministros para as Questões Económicas e Financeiras (ECOFIN), G-20 e outros						
Coordenação e preparação de reuniões do ECOFIN	GMEF	DPE+DMS/DMP	11	12	1	Reuniões Conselho ECOFIN de, 22 de Janeiro, 12 de Fevereiro, 4 de Março, 14 de Maio, 3 de Junho, 8 de Julho, 7 e 8 de Outubro, 3 e 4 de Novembro e 2 de Dezembro de 2008. Reuniões do Conselho ECOFIN Informal de, 4 e 5 de Abril em Brdo, 13 de Setembro em Nice e 18 de Dezembro de 2008 em Paris.
Briefings ECOFIN com as Embaixadas	GPEARI - DG/DPE	DPE/DMS	9	9		Incluindo a elaboração de agendas anotadas para distribuição às Embaixadas.
Coordenação e preparação de reuniões do CEF - Principais	GMEF	DPE/DMS/DMP	12	13	1	
Coordenação e preparação de reuniões do CEF Alternates	REPER	DPE/DMS/DFP	10	10		DFP - Representação na reunião de 19 Junho (tarde).
Coordenação e preparação de reuniões do CPE	GPEARI - DG	DPE/DMS/DMP/DFP	10	11	1	DFP - Participação na reunião de 24 de Abril.
Preparação de outras reuniões (SCIMF)	GPEARI - DPE	DPE	4	6	2	
Preparação e participação reuniões CIAE	DPE - SD[UPE]	DPE/DMS	--	9	9	
Grupo de Peritos de Finanças Públicas (EUROMED)	Subdirector da UPE e DFP	DFP	-	1	1	24 de Setembro.
Grupo de Peritos de Finanças Públicas (UE)	Subdirector da UPE e DFP	DFP	1	1		6 de Outubro.
Grupo de trabalho para a negociação no Conselho da proposta de revisão da Comissão Europeia da Directiva dos Requisitos de Capital (2006/48/EC e 2006/49/EC)	Ass. Direcção	DMS	5	5		8, 21 e 30 de Outubro, e 5 e 13 de Dezembro.
Grupo de trabalho para a negociação no Conselho da proposta da Comissão Europeia de regulamento das Agências de notação do risco.	Ass. Direcção	DMS	3	3		21 de Novembro, 4 e 15 de Dezembro.
Government Expert Group on Retail Financial Services	DMS	DMS	2	1	-1	17 de Junho.
Reunião Ministerial ASEM (<i>Deputies</i> +Conferência+Ministerial)	Director-Geral (<i>deputy</i>) + SETF	DMS/DMP/DPE	1	1		Jeju, Coreia do Sul, 15/16 de Junho.
Conselho Europeu	MEF	DPE/DMS/DMP/DFP	5	5		
Grupos de trabalho do Comité de Política Económica da Comissão Europeia:						
Grupo de Trabalho sobre a Qualidade das Finanças Públicas	DFP e DSPCG	DFP e DSPCG	3	4	1	A partir de Setembro, a representação passou a ser conjunta com a DSPCG. Datas das Reuniões: 13 Fev, 17 Jun, 30 Set, 10 Dez.
<i>Country Review Working Group</i>	DMP e Director		2	2		Datas das Reuniões: 8 e 9 Janeiro e 22 Setembro.
<i>Ageing Working Group</i>	DFP	DFP e DMP	4	8	4	A 11 de Novembro, realizou-se o <i>peer review</i> do exercício de projecção da despesa em pensões de Portugal e, a 25-26 Novembro, Portugal foi avaliador do exercício da Áustria. Datas das Reuniões: 24 Jan, 12 Mar, 23 Abr, 10 Jun, 22-23 Out, 11 Nov, 25-26 Nov, 16-17 Dez.
<i>Output Gap Working Group</i>	DMP/DFP/Subdirector da UPE	DMP e DFP	2	2		Resposta a questionário sobre medidas discricionárias fiscais. Datas das Reuniões: 14 Maio e 17 Novembro.
<i>LIME Working Group</i>	DMP	DMP	3	3		Datas das Reuniões: 15 Abril, 18 e 19 Setembro e 1 Dezembro.
<i>Economic Forecasts</i>	DMP	DMP	2	2		Abril e Outubro.
Grupo de Trabalho sobre o impacto macroeconómico das questões energéticas e Alterações Climáticas	DPE	DPE	4	4		
<i>Labour Market Working Group</i>	DMP	DMP	2	1	-1	10 de Setembro.
OCDE:						
Comité Executivo em Sessão Especial	Director-Geral	DPE/DMS	1	1		
Exame a Portugal	DG/SDG	DFP/DMP	1	1		Exame à Economia Portuguesa.
CPE	Director-Geral	DPE	1	1		
Coordenação e participação no exame do Luxemburgo na OCDE	DFP	DFP, DMP		1		29 de Maio. Participaram no exercício o Banco de Portugal e o Ministério da Educação.
WP n.º 1 das Estatísticas Macroeconómicas	DMP	DFP, DMP e Subdirector	2	2		Março e Outubro.
Short-Term Economic Prospects	DMP	DMP	2	2		Junho e Outubro.
Outras Reuniões	MNE/DGATE	DPE	2	2		

ANEXO II-2: REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL - UNIDADE DE POLÍTICA ECONÓMICA

Grupos de Trabalho, missões técnicas e outras representações	Representante / participante	Contributos	Programado (1)	Realizado (2)	Desvio (2-1)	Comentários
INE (Outros):						
Grupo de Trabalho da Conta Satélite da Saúde	DPE/DFP			1		Participação da DFP na reunião de 13 de Maio.
Grupo de Trabalho Informal de apoio à <i>Task-force on Pension Liabilities</i>	DFP		-	2		Participação neste Grupo de trabalho, para além do INE e BP (representados na Task-force), o MFAP, ISP, MTSS e CGA.
Grupo de Trabalho das Relações Económicas com o Exterior	DMP			4		
Grupo de Trabalho das Estatísticas Macroeconómicas	DMP			4		
Grupo de Trabalho dos Ficheiros de Unidades Estatísticas	DMP			1		
Grupo de Trabalho das Estatísticas Monetárias e Financeiras	DMP			3		
Participação em conferências, workshops:						
Seminário "Carta Social Europeia"	DFP		-	8 Jan		
Seminários do Doutoramento em Economia ISEG: "Ensaio sobre a reforma da segurança social em Portugal" e "Ageing and Growth in a Small Economy with a PAYG Pension System"	DFP		-	26 Mai		
Workshop "Economic Survey - Portugal 2008"	GPEARI		-	25 Jun		
Seminário "Performance Budgeting "	Subdirector da UPE/DFP/DSPCG		-	26 Jun		Organizado pela DGO.
Conferência "Boosting growth and productivity in an open Europe: The role of international flows of goods, services, capital and labour"	DMP			16/17 Out		Organizada pela CE, Bruxelas.
II Workshop "Portugal e os desafios da Globalização"	Subdirector/ DFP/DMP/DPE/DMS			3 Nov		Organizado pelo GEE/MEI e GPEARI, Lisboa.
Conferência "Os desafios da economia e da fiscalidade"	Subdirector/ DFP/DMS		-	17/18 Nov		Lisboa.
25th International Symposium on Banking and Monetary Economics, Luxemburgo	Assessora da direcção		-	Junho		Apresentação do paper "Basel II Capital Requirements, Firms' Heterogeneity, and the Business Cycle".
2nd Annual Meeting of the Portuguese Economic Journal, Évora	Assessora da direcção		-	Julho		Apresentação do paper "Basel II Capital Requirements, Firms' Heterogeneity, and the Business Cycle".
23rd Annual Congress of the European Economic Association, Milão	Assessora da direcção		-	Agosto		Apresentação do paper "Basel II Capital Requirements, Firms' Heterogeneity, and the Business Cycle".
ISEG Economics Seminars, Lisboa (ISEG)	Assessora da direcção		-	Dezembro		Apresentação do paper "Basel II Capital Requirements, Firms' Heterogeneity, and the Business Cycle".
Discussant na 11th DNB Research Conference, "Financial Stability and Financial Crises: Theory and Policy", Amsterdam	Assessora da direcção		-	Outubro		Apresentação do paper "Basel II Capital Requirements, Firms' Heterogeneity, and the Business Cycle".
Conferência "Reforming the Budget, Changing Europe"	DPE	-	-	Novembro		Organizado pela CE, Bruxelas.
The 21st Annual European Finance Convention	DMS	-	-	6 e 7 de		Cascais.
Workshop sobre o Novo Código dos Contratos Públicos	DMS	-	-	14 de Março		Lisboa.
Seminário Produtos Financeiros e Defesa do Consumidor	DMS	-	-	11 de Abril		DECO, Lisboa.
Conferência "Tratado Lisboa"	DMS	-	-	17 de Abril		Faculdade de Direito, Lisboa.
Conferência "O Tratado de Lisboa e o futuro da Integração Europeia"	DMS	-	-	9 de Maio		Centro Cultural de Belém, Lisboa.
Conferência "Desenvolvimento Económico Português no Espaço Europeu"	DMS	-	-	16 de Maio		Fundação Gulbenkian, Lisboa.
Conferência "EU Priorities and proposals from the financial services industry for the ECOFIN Council"	DMS	-	-	11 e 12 de		Nice, França.
Workshop "Monitorização de Mercados: experiência ao nível comunitário e nacional"	DMS	-	-	24 de		Bruxelas, Bélgica.
ERASMUS PROGRAMME FOR NATIONAL CIVIL SERVANTS	DMS	-	-	7 a 20 de		Comissão Europeia, Bruxelas, Bélgica.
Outros:						
Conselho Nacional do Desporto	Subdirector	-	-	3 Reuniões		3 Reuniões do CND - 25/Fevereiro/2008; 28/Abril/2008 e 21/Outubro de 2008.
Conselho para o Sistema Desportivo	Subdirector	-	-	6 Reuniões		6 Reuniões do CSD.
Coordenação Nacional da Estratégia de Lisboa	DFP/DMP/DPE			4		Participação em reuniões na CNEL no âmbito dos índices fiscais (DFP=2), e na resposta a questões relacionadas com o Mercado de Trabalho (DMP=1), DPE=1.
Instituto Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros	Assessora da direcção	-	-	Julho		The Economic and Monetary Union and the Euro - Apresentação.
Reuniões de coordenação na DGAE/MNE	DMS		25	22	-3	
Outras reuniões de coordenação	DMS		25	25		
Outras Reuniões	DMS	DMS	33	31	-2	Outras reuniões (prep notas) + outras reuniões (participação) + Briefings FSC.

ANEXO II-3: PARTICIPAÇÃO DO GPEARI EM INICIATIVAS EXTERNAS em 2008

Iniciativas	Representante	Data	Comentários
Presidência Eslovena Bruxelas, EU-US Financial Sanctions Workshop	DMS	6 Maio	Intervenção sobre os resultados do EU-US Workshop realizado em Lisboa, sob Presidência Portuguesa.
TAIEX relativa ao tema "Effective representation in the Economic Policy Committee and Economic and Financial Committee"	DPE	6 de Junho	Representação do Ministério das Finanças no referido TAIEX, em Sofia, a pedido do Ministério das Finanças Bulgaro, com intervenção: "National Coordination Mechanisms for the preparation of the Economic and Financial Committee and the Ecofin Council meetings - The Portuguese Experience"
Grupo de Trabalho do CPE relativo à Energia e Alterações Climáticas	DPE	3 de Novembro	Representação do GPEARI no Grupo de Trabalho do CPE, com apresentação: "National Energy Policy: Promotion of Renewable Sources".
Visita da Agência Internacional de Energia a Portugal	DPE	24 de Novembro	Representação do Ministério das Finanças a pedido do Ministério da Economia com apresentação: "Energy and Environment Taxation in Portugal".

ANEXO II-4: ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2008 - DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE COOPERAÇÃO E INSTITUIÇÕES

Actividades Previstas	Unidades Orgânicas	Programado (1)	Realizado (2)	Desvio (2-1)	Origem do pedido / comentários
Cooperação técnica em finanças públicas:					
Assinatura, a nível governamental, do Memorando de Entendimento sobre Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas com Moçambique, Guiné-Bissau e Timor-Leste.	DRB	3	2	-1	Assinatura a nível governamental de Memorandos de Entendimento com a Guiné Bissau e Moçambique.
Missão técnica do GPEARI para identificação das necessidades de cooperação e assistência técnica a Moçambique e Timor-Leste.	"	2	1	-1	Realizada a missão técnica do GPEARI a Moçambique para preparação do PICATFin.
Coordenação das missões técnicas do MFAP à Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste para elaboração dos PICATFin.	"	3	1	-2	Coordenação da missão técnica do MFAP à Guiné Bissau para preparação do PICATFin.
Assinatura a nível governamental de PICATFin com Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe	"	3	3		
Implementação, sob coordenação do GPEARI, das acções previstas no âmbito dos PICATFin (Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas):	"	256	152	-104	
Angola	"	22	22		
São Tomé e Príncipe	"	91	52	-39	
Cabo Verde	"	108	58	-50	
Guiné Bissau	"	35	20	-15	
Seleção dos gestores para os PICATFin da Guiné-Bissau e Moçambique.	"	2	1	-1	Seleção do Gestor do PICATFin para a Guiné Bissau.
Coordenação da implementação do PICAT Aduaneiro da CPLP	"	9	8	-1	
Cooperação técnica:					
Participação e coordenação das reuniões do Comité de Acompanhamento e Avaliação do Protocolo de Cooperação no sector financeiro com a Argélia.	DRB	1	1		Foi feito o acompanhamento da implementação do Protocolo de Cooperação com a Argélia no sector financeiro.
Participação e coordenação das reuniões de acompanhamento da implementação do Memorando de Entendimento para a Cooperação e Assistência Técnica nos Domínios Económico e Financeiro com Marrocos.	"	1	0		Não houve reuniões.
Cooperação financeira bilateral:					
Negociação e assinatura dos Acordos bilaterais de alívio da dívida com Moçambique e São Tomé e Príncipe, na sequência dos Acordos do Clube de Paris e das deliberações tomadas no âmbito do ECOFIN.	DRB	1	1		Preparação da visita do Ministro de Estado e das Finanças a São Tomé e Príncipe. Negociação e preparação da assinatura do 3º acordo de reestruturação da dívida com São Tomé e Príncipe. Negociação e preparação da assinatura do 6º acordo de reestruturação da dívida com Moçambique.
Negociação e assinatura de linhas de crédito concessionais com São Tomé e Príncipe e Moçambique.	"	2	2		Acompanhamento da negociação e assinatura de uma linha de crédito concessional com Moçambique e outra com São Tomé e Príncipe para importação de bens e serviços de origem portuguesa.
Assinatura da linha de crédito concessional de 300 MEUROS com a China e da linha de crédito comercial de 200 MEUROS com a Rússia.	"	2	2		Assinatura de uma linha de crédito concessional com a China para importação de bens e serviços de origem portuguesa. Assinatura de uma linha de crédito comercial garantida pelo Estado com a Rússia.
Acompanhamento da utilização das linhas de crédito para importação de bens e serviços de origem portuguesa atribuídas a Marrocos, Tunísia, China, Angola, Cabo Verde e Moçambique	"	6	6		
Análise e preparação do processo de concessão de uma doação para apoio ao orçamento da Guiné-Bissau de 2008.	"	1	1		Negociação e assinatura de um acordo de doação para apoio orçamental à Guiné Bissau.
Avaliação, em articulação com o MEI, da eventual criação de um instrumento de apoio ao investimento ou de capital de risco para Marrocos, em substituição da linha de crédito de 10 MEUROS.	"	1	1		
Coordenação das negociações com vista à eventual criação de um fundo de cooperação técnica ligado a projectos de investimento e Marrocos.	"	1	1		Foram dinamizadas discussões internas com vista à criação do Fundo de Cooperação Técnica para Marrocos.

ANEXO II-4: ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2008 - DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE COOPERAÇÃO E INSTITUIÇÕES

Actividades Previstas	Unidades Orgânicas	Programado (1)	Realizado (2)	Desvio (2-1)	Origem do pedido / comentários
Participação nas instituições financeiras internacionais:					
Emissão de votos decorrentes da participação de Portugal nas IFI	DRM		22		Foram redigidas informações técnicas e propostas de voto que foram apresentadas ao Gabinete MEF, sendo o Senhor MEF Governador de Portugal nestas instituições.
Informação relativa à nomeação de administradores nas IFI	DRM				Foram redigidas informações que foram apresentadas ao Gabinete MEF quanto à nomeação do novo Administrador do grupo de voto de Portugal no BAfD.
Fórum de Doadores do Trust Fund do BM	DRM	1	1		Tendo em vista contributos à definição da estratégia quanto à participação em Trust Funds nas IFIs.
Preparação de Resolução do Conselho de Ministros relativa à reconstituição de recursos da AID	DRM	1	1		No seguimento dos compromissos assumidos após despacho MEF que autorizou a participação de PT na reconstituição de recursos e tendo em vista o cumprimento dos respectivos requisitos legais na ordem jurídica interna.
BEI:					
Avaliação e preparação da emissão do "Acordo de Princípio" do Governo português aos empréstimos do BEI em Portugal.	DRB	9	9		Preparação da Assembleia Anual do BEI. Preparação de acordos de princípio a financiamentos do BEI.
Avaliação da participação de Portugal no Trust Fund da Facilidade de Investimento da Vizinhança no âmbito do BEI.	DRM	1	1		Preparação da respectiva informação técnica ao Gabinete MEF após solicitação do MNE.
Formalização da participação de Portugal no Trust Fund das Infraestruturas para África do BEI.	DRB	1	1		Preparação do instrumento de contribuição.
Organização de um Encontro da constituição Portugal / Espanha do BEI, em Lisboa.	DRB	1	0		Foi decidido adiar o Encontro.
CEB:					
Aprovação de empréstimos do CEB	DRM	3	4		Aprovados 4 empréstimos a bancos portugueses no valor global de 265 MEUR.
Organização da visita do Governador do CEB a Portugal	DRM	Setembro	Fevereiro		Visita antecipada para Fevereiro, a pedido CEB.
Seminário de divulgação do CEB a eventuais promotores de projectos, Lisboa e Porto, Fevereiro.	DRM	2	2		Organização de seminários do CEB em Lisboa e Porto. Preparação de discursos. Envio electrónico de 1500 convites.
Reuniões conjuntas do CEB	DRM	1	1		Realizada em Junho. Participou Subdirector da DSCI e Embaixador Portugal no Conselho Europa.
BAfD e BID:					
Identificação e colocação do novo representante português no CA do BAfD	DRM				Após processo de selecção, foi oficializada a colocação de Artur Cima.
Preparação e participação em missões técnicas tendo em vista a realização da Assembleia anual do BAD em Portugal.	DRM				Assunto abordado à margem da reunião anual do Banco.
Negociação e assinatura do novo Acordo de Cooperação Técnica de Portugal com o BAfD.	DRM	1	1	Dezembro	Assinado em Dezembro em Tunis pelo Director-Geral do GPEARL.
Processo de contribuição para o FUMIN II	DRM				Elaborada informação ao Gabinete MEF e transmissão do compromisso português em participar ao FUMIN.
Análise do processo de eventual adesão à Corporação Andina de Fomento (CAF)	DRM	1	1		Elaborada informação sobre a adesão à Corporação Andina de Fomento.
Assinatura da carta de intenções de adesão à CAF e elaboração de pasta para o SETF	DRM	1	1		Incluiu organização da respectiva cerimónia, que contou com a presença do Presidente da CAF, Enrique García, bem como negociação do texto (incluiu consulta ao MNE).
Acompanhamento dos projectos financiados pelo Trust Fund junto do BAfD	DRM				Análise do respectivo pipeline em conjunto com o Banco, aprovação de projectos e acompanhamento dos respectivos pagamentos.
Concretização de pagamentos a favor do Trust Fund junto do BAfD	DRM				Após renovação do respectivo Acordo com o Banco, foram desembolsados EUR 1 milhão.

ANEXO II-4: ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2008 - DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE COOPERAÇÃO E INSTITUIÇÕES

Actividades Previstas	Unidades Orgânicas	Programado (1)	Realizado (2)	Desvio (2-1)	Origem do pedido / comentários
Visita do Director Geral ao BAfD	DRM				À margem da cerimónia de assinatura do novo Acordo de Trust Fund.
Preparação de Resolução do Conselho de Ministros relativa à reconstituição de recursos do FAfD	DRM				No seguimento dos compromissos assumidos após despacho MEF que autorizou a participação de PT na reconstituição de recursos e tendo em vista o cumprimento dos respectivos requisitos legais na ordem jurídica interna.
Encontro com o Administrador no BASD	DRM				Primeiro encontro com o novo Administrador do grupo de voto de Portugal, Michele Fulcis.
BERD:					
Reforço do Fundo Português de Cooperação Técnica junto do BERD e revisão do respectivo acordo constitutivo.	DRM				Revisão e assinatura do acordo relativo ao Fundo de Cooperação Técnica no BERD. Reforço do Fundo de Cooperação Técnica no BERD.
Concretização de pagamentos a favor do Trust Fund junto do BERD	DRM				Após renovação do respectivo Acordo com o Banco, foram desembolsados EUR 500 mil.
Participação de dois BOS do BERD em Portugal	DRM				Organizados em conjunto pelo BERD e pela AICEP, decorreram em Julho e Setembro tendo por âmbito consultadoria e procurement, respectivamente.
Outros:					
Organização da visita do Presidente do BID a Portugal	DRM				Que teve por intuito promover oportunidades de negócio para empresas portuguesas e o recrutamento de técnicos nacionais pelo Banco, bem como vários encontros institucionais (inclui Presidente da República e entrevista ao Expresso).
Reunião de países não regionais do BID	DRM				Teve por intuito a preparação da reuniões anuais de Miami.
Participação na conferência do FEMIP sobre micro-crédito	DRM				Elaborado relatório.
Formalização da participação da SOFID no FIG do Trust Fund das Infraestruturas para África do BEI	DRM				A SOFID assume-se a partir desse momento como entidade nacional que pode apresentar projectos para co-financiamento ou assistência técnica no âmbito deste fundo.
Organização do 2º Encontro com Administradores e outros representantes portugueses nos Conselhos de Administração das IFIs e com o sector empresarial português interessado no mercado destas Instituições, Lisboa, 1º semestre	DRM	1º Semestre	Abril		Encontro com periodicidade anual.
Organização de um encontro com os diversos organismos da Administração Pública com competências relacionadas com a participação de Portugal nas IFIs, início 2º semestre		1			Foi realizado Mesa Redonda entre as IFI e o sector empresarial, ficando encontro com os diversos organismos da Administração Pública para 2009.
Elaboração da estratégia nacional para os trust-funds nas IFI	DRM	1	1		Em redefinição em 2009.
Elaboração de estratégia para a divulgação de oportunidades de emprego nas IFI	DRM	1	1		Em redefinição em 2009.
De carácter geral					
Elaboração de conteúdos para colocação na página do GPEARI na Internet	DRB / DRM		155		Em especial por parte da DRM tendo por objectivo a divulgação de oportunidades de recrutamento nas IFIs para técnicos portugueses.
Preparação e participação nas cimeiras luso-argelina, luso-brasileira, luso-espanhola, luso-marroquina e luso-tunisina.	DRB	5	4	-1	Preparação da participação do MFAP nas cimeiras bilaterais com Argélia, Brasil, Espanha e Marrocos. A Cimeira Luso-Tunisina não se realizou.
Acompanhamento da execução orçamental das despesas de cooperação do GPEARI e DGTF	DRB	4	4		
Preparação do Orçamento do Estado para 2009 relativo às despesas de cooperação	DRB / DRM	1	1		
Envio ao IPAD da execução trimestral do Orçamento do Estado para 2008 (P 05) e da previsão para 2009	DRB	5	5		
OCDE / CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento:					
Determinação da contribuição do MFAP para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) portuguesa	DRB	1	1		
Preparação das discussões ligadas à APD, em parceria com o IPAD	"	1	1		Participação em debates do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE relativos a aspectos estatísticos e financeiros da ajuda.

ANEXO II-4: ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2008 - DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE COOPERAÇÃO E INSTITUIÇÕES

Actividades não previstas	Unidades Orgânicas	Resultados	Origem do Pedido / Comentários
Cooperação técnica em finanças públicas e cooperação financeira bilateral:			
Angola			
Preparação da visita do Primeiro Ministro e do Ministro de Estado e das Finanças a Angola	DRB		Gabinete do MEF.
Acompanhamento do processo dos ex-pensionistas do BNU / Angola	DRB		GPEARI/Angola.
Revisão do PICATFin de Angola, incluindo a integração da Inspecção Geral de Finanças	DRB		GPEARI/Angola.
Missão do GPEARI a Angola para revisão do PICATFin	DRB		GPEARI/Angola.
Análise do pedido do IPAD quanto ao funcionamento da DGO do Ministério do Plano de Angola	DRB		IPAD.
Preparação da missão de longa duração na área do Património, no âmbito do PICATFin com Angola	DRB		Angola.
Cabo Verde			
Reunião com a Direcção Geral dos Impostos de Cabo Verde	DRB		Cabo Verde.
Preparação de visitas ministeriais	DRB		Preparação da visita da Ministra das Finanças de Cabo Verde a Lisboa e da visita do Ministro de Estado e das Finanças a Cabo Verde.
Conferência internacional comemorativa dos 10 anos do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde	DRB		Missão do GPEARI a Cabo Verde para preparação da conferência; preparação do discurso do SETF; participação na conferência.
Participação em Reunião Extraordinária da COMACC / Cabo Verde	DRB		Reunião Extraordinária convocada em virtude do 10º aniversário do Acordo de Cooperação Cambial.
Seleção de consultores para a avaliação do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde	DRB		Abertura da consulta e selecção da melhor proposta.
Análise do processo relativo à dívida vencida de Cabo Verde	DRB		Aguardam-se resultados das comunicações estabelecidas com o Tesouro de Cabo Verde.
Encontro com Administrador da Caixa Geral de Depósitos	DRB		Obtenção de patrocínio para a Conferência Internacional.
Envio de contributos ao IPAD com vista à preparação dos Programas Indicativos de Cooperação com Cabo Verde e Guiné Bissau	DRB		Pedido IPAD.
Guiné-Bissau			
Informação sobre a eventual atribuição de financiamentos concessionais à Guiné Bissau	DRB		Pedido Gabinete SETF.
Inclusão de acção de formação sobre orçamento, identificação de equipamento informático, recrutamento de formadores, aquisição de viaturas e preparação da logística, no âmbito do PICATFin com a Guiné Bissau	DRB		
Moçambique			
Preparação de visitas ministeriais	DRB		Preparação da visita do Ministro de Estado e das Finanças a Moçambique e da visita do Ministro das Finanças de Moçambique a Portugal.
Encontro com DGTF e SETF relativo à cooperação com Moçambique	DRB		Preparação de Visitas.
Colaboração com o Gabinete do MEF relativamente às discussões sobre o impacto no défice da reestruturação da dívida de Moçambique	DRB		Pedido Gabinete MEF.
Definição de procedimentos internos com vista à execução do 6º acordo de reestruturação da dívida de Moçambique	DRB		Pedido Gabinete SETF.
São Tomé e Príncipe			
Preparação da visita do 1º Ministro de São Tomé e Príncipe a Portugal	DRB		Pedido gabinete MEF.
Revisão do PICATFin de STP nas áreas do Orçamento e Planeamento	DRB		
Seleção de peritos de longa duração para assistência ao Ministério das Finanças de STP	DRB		Pedido do Ministro de STP.
Elaboração de nota sobre a criação de um grupo de trabalho relativo ao eventual acordo cambial com STP	DRB		Memorando assinado entre MEF e Ministra STP.
Preparação da Reunião do Grupo de Trabalho relativo ao Acordo de Cooperação Cambial com STP	DRB		Memorando assinado entre MEF e Ministra STP.
Outros			
Nota sobre a eventual concessão de linhas de crédito a Timor Leste	DRB		Pedido Gabinete SETF.
Nota sobre instrumentos financeiros existentes para os PALOP	DRB		Reunião Banco Mundial.
Elaboração do Manual de Procedimentos dos PICATFin	DRB		Para simplificação procedimentos.
Prossecução dos processos relativos aos contratos dos gestores dos PICATFin	DRB		Elaboração de Contratos.
Informação sobre a selecção de potenciais países receptores de crédito de ajuda	DRB		Nota para Gabinetes MEF e SETF.
Encontro com o Secretariado Executivo da CPLP	DRB		Discussão iniciativas presidência portuguesa CPLP.
Preparação e participação na Reunião de Altos Funcionários da CPLP	DRB		Iniciativa presidência portuguesa CPLP na área finanças.
Preparação da Reunião de Ministros das Finanças no âmbito da Presidência Portuguesa da CPLP	DRB		Iniciativa presidência portuguesa CPLP na área finanças.
Elaboração de nota para o Gabinete do MEF sobre a reunião ministerial da CPLP	DRB		Pedido Gabinete MEF.
Participação na 1ª Conferência de Inspecções Gerais de Finanças da CPLP	DRB		Iniciativa presidência portuguesa CPLP na área finanças.
Preparação da intervenção do SETF nos Encontros de Lisboa	DRB		Pedido Gabinete SETF.
Elaboração de nota sobre PICATFin para o Gabinete de Comunicação Social do MFAP	DRB		Pedido Gabinete MEF.
Contributo para a conferência sobre Finanças Públicas nos Estados Frágeis	DRB		Pedido IPAD.
Reuniões com serviços do MFAP sobre o PICAT II e PICATFin	DRB		Reunião com DGAIEC sobre o PICAT II e PICATFin. Reunião com DGITA sobre os PICATFin.
Alteração do despacho ministerial que define as condições da prestação de assistência técnica	DRB		Equiparação aposentados a funcionários no activo.
Parecer sobre proposta da SENEC relativa ao apoio orçamental e às linhas de crédito atribuídas aos países lusófonos	DRB		Pedido Gabinete SETF.
Preparação de reunião com SETF relativa à cooperação com os PALOP	DRB		Pedido Gabinete SETF.
Nota sobre a eventual participação em iniciativas promovidas pelo Clube de Paris	DRB		Pedido Embaixada Paris.
Participação em reunião da UE sobre a sustentabilidade da dívida no pós-Iniciativa HIPC	DRB		Pedido IPAD.
Informação sobre a eventual concessão de financiamentos ao Gana	DRB		Pedido Gabinete MEF.
Participação na Reunião Luso-Marroquina de Altos Funcionários em Rabat	DRB		Preparação da Cimeira.
Assinatura de um Memorando de Entendimento para reforço da linha de crédito com Marrocos de 200 para 400 MEUR	DRB		Cimeira Luso-marroquina.
Elaboração de nota relativa à linha de crédito de 100 MEUR para a Tunísia	DRB		Preparação Reunião Altos Funcionários.
Participação na Reunião Luso-Tunisina de Altos Funcionários em Lisboa	DRB		Preparação da Cimeira.

ANEXO II-4: ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2008 - DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE COOPERAÇÃO E INSTITUIÇÕES

Actividades não previstas	Unidades Orgânicas	Resultados	Origem do Pedido / Comentários
Análise e comparação das condições da linha de crédito com a Tunísia com as de outros países	DRB		Preparação da Cimeira.
CANCELAMENTO do empréstimo de 12,5 MEUR concedido à Macedónia	DRB		Pedido da Macedónia.
Acompanhamento do processo relativo ao contencioso entre empresas credoras da Federação Russa no âmbito dos acordos de reestruturação da dívida	DRB		Processo em contencioso.
Elaboração de ponto de situação sobre a cooperação com a Argélia	DRB		Pedido Gabinete SETF.
Preparação da visita do Primeiro Ministro à Jordânia (zonas francas)	DRB		Pedido Gabinete MEF.
Acompanhamento da visita de uma delegação do Tesouro Húngaro a Lisboa	DRB		Pedido Gabinete SETF.
Participação na subcomissão luso-brasileira	DRB		Preparação da Cimeira.
Preparação da visita do SETF à Líbia	DRB		Pedido SETF.
Preparação da reunião da Comissão Bilateral Permanente Portugal / EUA	DRB		Pedido MNE.
Preparação da Comissão Mista Económica Luso-Chinesa	DRB		Pedido DGAEP/MEI.
Participação nas instituições financeiras internacionais:			
Linhas de Orientação Estratégica da DRM 2009-2011	DRM		Pedido DG GPEARI.
Nota sobre mercados das IFI / Quadros comparativos	DRM		Necessário para reunião anual Administradores e Programa Piloto Cooperação.
Comentários relativos à estratégia multilateral / IPAD	DRM		Pedido IPAD.
Formação interna para divulgação de oportunidades de recrutamento no Portal	DRM		Necessário para objectivos de recrutamento de portugueses no staff IFIs.
Participação na elaboração de fichas para o ECOFIN (empréstimos BM a países da UE, Blend Mechanisms, Processo Barcelona - Iniciativa ESP/IT e Aspectos Financeiros - Clima)	DRM		Solicitação UPE.
Encontro com Lovato	DRM	40103	Elaborada Nota para DG.
Encontro com empresa de consultoria RDPE	DRM		
Encontro com o Professor Manuel Ennes Ferreira	DRB	39828	Elaborada Nota para Gab MEF.
Reunião com Director do MBA-Católica/Nova/MIT	DRM		Necessário para objectivos de recrutamento de portugueses no staff IFIs.
Reunião com Vice-Presidente do BEI em Lisboa	DRM		Solicitação BEI.
Participação nas reuniões do Trust Fund para as Infra-estruturas em África em Outubro e Dezembro	DRB		Faltou reunião de Julho.
Parecer para a REPER sobre o Mandato do BEI para a Ásia Central	DRB		Pedido REPER.
Elaboração de duas fichas para ECOFIN e CEF sobre os Balcãs Ocidentais	DRB		Pedido UPE.
Parecer sobre candidatura Presidente CD CEB	DRM	39931	Pedido Gabinete MEF.
Encontro com o Presidente da União das Misericórdias Portuguesas (CEB)	DRM	39889	Elaborada Nota DG sobre possíveis financiamentos.
Encontro com a CGD e o Ministério da Educação (CEB)	DRM	39917	Financiamento programa expansão rede escolar. Elaborada Nota DG.
Encontro com BANIF, Efisa e BCP (CEB)	DRM	39968	Análise de eventuais financiamentos.
Encontro com o Presidente da Câmara de Trancoso (CEB)	DRM	39920	Análise de eventuais financiamentos.
Reunião com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (CEB)	DRM		Necessário para objectivos de contratos ganhos por empresas nacionais no mercado das multilaterais.
Informação sobre candidatura portuguesa ao EPG do CEB	DRM		Elaborada Nota a pedido Gabinete MEF.
Reunião com SOFID	DRM		Necessário para objectivos de contratos ganhos por empresas nacionais no mercado das multilaterais.
Reflows da FEMIP	DRM		Pedido REPER.
Agência MED - Barcelona	DRM		Acompanhamento junto do MNE.
Processo de contratação de Leonor Fontoura para o BERD	DRM		Conselheira no Grupo de Voto de Portugal.
Preparação da intervenção do Director Geral no seminário sobre <i>procurement</i> do BERD	DRM		Necessário para objectivos de contratos ganhos por empresas nacionais no mercado das multilaterais.
Reuniões do SCIMF sobre arquitectura internacional das alterações climáticas	DRM	3	Acompanhamento desta temática para apoio às discussões no Conselho ECOFIN.
Reunião de coordenação da delegação nacional sobre alterações climáticas	DRM		Acompanhamento desta temática para apoio às discussões no Conselho ECOFIN.
Reunião do Carbon Fund for Europe em Lisboa	DRM		Pedido CECAC-MAOTDR.
Reunião de Alto Nível de Ministros das Finanças para alterações climáticas / Varsóvia - SETF	DRM		Pedido Gabinete MEF.
Participação na reunião do CIF em Potsdam	DRM		Pedido Gabinete MEF.
Resposta a questionário da IFC	DRM		Pedido IFC.
Encontro com equipa do GEF	DRM		Pedido GEF.
Participação no fórum de doadores do BID	DRM		Construção de estratégia GPEARI para Trust Funds nas IFIs.
Reunião com o CABEI (Banco da América Central para a Integração Económica)	DRM		Pedido CABEI. Elaborada Nota.
1.ª reunião de negociação técnica sobre a CAF - Setembro	DRM		Análise da vinculação de Portugal à CAF.
Processo de nomeação do novo Governador do IFAD	DRM		Em coordenação com MNE/MAPDR.
Parecer ao GSENEC quanto ao candidato português ao IFAD	DRM		Elaborado parecer.
Reunião de coordenação da <i>constituency</i> do BAfD (Tunís)	DRM		
Video-conferências com o grupo de voto no BAfD	DRM	2	Realizadas com o apoio das Relações Públicas do MFAP.
Elaboração de mensagens políticas a transmitir pelo MENE ao Presidente do BAfD	DRM		Pedido Gabinete MENE.
Resposta a pedido do GMEF quanto a questões da Lusa sobre novo Trust-Fund junto do BAfD	DRM		Pedido Gabinete MEF.
Solicitação de informações no terreno ao IPAD sobre Programa contra a Pobreza do BAfD em Cabo Verde	DRM		Pedido Grupo de Voto BAfD.
Encontro com o Administrador no BAsD e preparação da respectiva pasta	DRM		Pedido Grupo de Voto BAsD.
Reunião com Representante do Escritório Europa do BAsD e DG Miranda	DRM		Pedido Grupo de Voto BAsD.
Encontro com o Presidente e CEO da AMSCO	DRM		Pedido AMSCO.
Participação na Assembleia Anual da AMSCO	DRM		Não se participou por dificuldades de agenda.
Nota sobre posição no Comité Consultivo do FCPB	DRM		
Outras:			
Participação na iniciativa "Dias do Desenvolvimento"	DRB		Pedido IPAD.
Resposta aos Questionários de Monterrey	DRB / DRM		Pedido IPAD.
Resposta ao Questionário da NEPAD	DRB / DRM		Pedido IPAD.
Previsão da Ajuda Pública ao Desenvolvimento entre 2008 e 2010	DRB		Projecto Piloto Cooperação.
Participação no Projecto Piloto da Orçamentação por Programas	DRB		Projecto Piloto Cooperação.
Contributos para o RIGORE	DRB		Pedido DSRSI.
Elaboração de pontos de situação da cooperação com os PALOP para as Assembleias Anuais do BAD e BM/FMI	DRB		Pedido DRM.
Reunião no IPAD sobre a Conferência de Doha	DRB/DRM		Pedido IPAD.
Nota sobre a Conferência de Doha	DRB/DRM		Pedido IPAD.
Parecer sobre estudo do INA (Crise dos Produtos Alimentares)	DRM		Pedido IPAD.
Comentários ao documento sobre crise financeira do AGNU	DRM		Pedido IPAD.

ANEXO II-5 REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL - DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE COOPERAÇÃO E INSTITUIÇÕES

Grupos de Trabalho, missões técnicas e outras representações	Representante	Contributos	Programado (1)	Realizado (2)	Desvio (2-1)	Comentários
Portugal:						
Comissão Interministerial para a Cooperação	DRB	DRB	-	2		
Banco Europeu de Investimento (BEI):						
Conselho de Administração	DRM	DRM	10	5	-5	Em Junho de 2008, a preparação destas reuniões passou para a UPE, pelo que as previstas até essa data foram preparadas.
Comité da Facilidade de Investimento e Comité do Artº 14	DRM	DRM	16	8	-8	Comité do Artº 14º teve menos reuniões.
Comité da FEMIP	DRM	DRM	3	3		
Comités Estratégico e Operacional da NIF	DRM	DRM		3		Análise de documentos. Pareceres sobre projectos.
Assembleia de Doadores do Trust Fund da FEMIP	DRM	DRM	2	1	-1	Não foi possível participar numa reunião por questões de agenda.
Comité Executivo do Trust-Fund para as Infra-estruturas em África	DRM	DRM	2	2		Pareceres sobre projectos.
Banco Mundial (BM):						
Reuniões de Negociação da Reconstituição de Recursos da AID	DRM	DRM				Análise dos documentos do processo, submissão da proposta de posição negocial ao Gabinete MEF, apresentação do compromisso negocial nas negociações, preparação da RCM e preparação do respectivo instrumento de contribuição.
Assembleia Anual do Conselho de Governadores, Washington	MEF	DRM / DPE	Outubro	Outubro		Análise dos documentos e elaboração de fichas sobre os temas do Comité de Desenvolvimento para a pasta dos membros da Delegação Portuguesa, chefiada pelo Senhor MEF e da qual também fez parte o Senhor SETF. Foram ainda preparadas Notas de Intervenção para os encontros bilaterais do Senhor MEF, bem como o seu discurso na Assembleia do Conselho de Governadores do BM. O agendamento dos encontros bilaterais também esteve a cargo do GPEARI.
Reuniões da Primavera do BM e do FMI			12 e 13 Abril			Não se participou.
Forum dos doadores sobre os Programas e <i>Trust Funds</i> do BM, Paris			Maio			Contributo essencial na definição da estratégia do MFAP para os Trust Funds nacionais nas IFIs.
Banco Africano de Desenvolvimento (BAD):						
Reuniões de Negociação da Reconstituição de Recursos da FAfD	DRM	DRM				Análise dos documentos do processo, submissão da proposta de posição negocial ao Gabinete MEF, apresentação do compromisso negocial nas negociações, preparação da RCM e preparação do respectivo instrumento de contribuição.
Assembleia Anual do Conselho de Governadores, Maputo	SETF	DRM	14 e 15 Maio			Análise dos documentos, e elaboração de fichas sobre os temas em discussão para a pasta dos membros da Delegação Portuguesa, chefiada pelo Senhor SETF. Foram ainda preparadas Notas de Intervenção para encontros bilaterais, bem como o seu discurso na Assembleia do Conselho de Governadores. O agendamento dos encontros bilaterais também esteve a cargo do GPEARI.
Banco Asiático de Desenvolvimento (BAfD):						
Assembleia Anual do Conselho de Governadores, Madrid	Director-Geral	DRM	3 a 6 Maio			Análise dos documentos, e elaboração de fichas sobre os temas em discussão para a pasta dos membros da Delegação Portuguesa, chefiada pelo Senhor SEAO. Foram ainda preparadas Notas de Intervenção para encontros bilaterais, bem como o seu discurso na Assembleia do Conselho de Governadores. O agendamento dos encontros bilaterais também esteve a cargo do GPEARI.
Reuniões de Negociação da Reconstituição de Recursos do FAfD	DRM	DRM	Março e Maio			Análise dos documentos do processo, submissão da proposta de posição negocial ao Gabinete MEF, apresentação do compromisso negocial nas negociações, preparação da RCM e preparação do respectivo instrumento de contribuição.
Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD):						
Assembleia Anual do Conselho de Governadores, Kiev (Ucrânia)	Ministro de Estado e das Finanças	DRM	18 e 19 Maio			Análise dos documentos, e elaboração de fichas sobre os temas em discussão para a pasta dos membros da Delegação Portuguesa, chefiada pelo Senhor SETF. Foram ainda preparadas Notas de Intervenção para encontros bilaterais, bem como o seu discurso na Assembleia do Conselho de Governadores. O agendamento dos encontros bilaterais também esteve a cargo do GPEARI.
Assembleia de doadores dos Fundos Multi-doadores de Cooperação Técnica do BERD	DRM	DRM				Contributo essencial na definição da estratégia do MFAP para os Trust Funds nacionais nas IFIs.
Grupo do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID):						
Reunião dos países não regionais, Croácia			22 e 23 Janeiro			Essencial para a preparação da Reunião Anual.
Assembleia anual do Conselho de Governadores do BID e da CII, Miami (USA)			4 e 8 Abril			Análise dos documentos, e elaboração de fichas sobre os temas em discussão para a pasta dos membros da Delegação Portuguesa, chefiada pelo Senhor MEF. Foram ainda preparadas Notas de Intervenção para encontros bilaterais, bem como o seu discurso na Assembleia do Conselho de Governadores. O agendamento dos encontros bilaterais também esteve a cargo do GPEARI.
Fundo Comum de Produtos de Base (FCPB):						
Conselho de Administração	DRM	DRM	2			Análise de documentos e intervenções sobre pontos da agenda.
Assembleia Anual do Conselho de Governadores	DRM	DRM	Dezembro			Análise de documentos e elaboração de um dossier.
Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB):						
Reunião anual conjunta do Conselho de Administração e do Conselho de Direcção, Roménia	SDG	DRM	12 a 15 Junho	1		Análise de documentos e elaboração fichas com posições nacionais em pontos da agenda. Preparadas notas de intervenção.
Conselho de Administração	SDG	DRM	5	5		Análise dos documentos das reuniões - documentos de estratégia e projectos - e elaboração de pontos de intervenção para o administrador português.
Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD):						
Assembleia Anual do Conselho de governadores, Roma	DRM	DRM	13 e 14 Fevereiro	1		Análise de documentos. Preparação de intervenção.
Reuniões de Negociação da Reconstituição de Recursos	DRM	DRM				Análise dos documentos do processo, submissão da proposta de posição negocial ao Gabinete MEF, apresentação do compromisso negocial nas negociações, preparação da RCM e preparação do respectivo instrumento de contribuição.
African Management Services Company (AMSCO):						
Assembleia Anual	DRM	DRM				Não se participou por dificuldades de agenda.
Outros:						
Unidade de Acompanhamento Macroeconómico de Cabo Verde	DRB	DRB	2	2	Maio / Dezembro	Produzidos 2 relatórios sobre situação macroeconómica em CV.
Comissão do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde - COMACC	DG / SDG	DRB	2	2	Maio / Dezembro	Reuniões tiveram lugar em CV e Portugal (pela 1ª vez no Porto).

ANEXO II-6: ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2008 - DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO

Actividades	Unidades Orgânicas	Programado (1)	Realizado (2)	Desvio (2-1)	Comentários / Resultados
Actividades Programadas:					
Apoiar e monitorizar o processo de implementação do sistema de avaliação do desempenho dos serviços no Ministério	DSPCG	Até Dezembro	Até Dezembro		Acompanhamento da elaboração, validação e monitorização dos QUAR 2008, de 14 serviços do MFAP. Desenvolvimento de funcionalidades na aplicação www.quar.gov.pt e participação nas reuniões de Steering Committee do Projecto GEADAP-SIADAP 123; Acompanhamento da elaboração e validação dos QUAR 2009, dos serviços do MFAP.
Participar nas reuniões do Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços (CCAS)	"	-	2		17 de Julho e 27 de Novembro de 2008.
Preparar contributos solicitados pelo CCAS	"	-	1		Coordenação de um grupo de trabalho (GT CCAS) criado com o objectivo de preparar um documento de orientação técnica sobre a auto-avaliação dos serviços e o relatório final, a elaborar pelos GPEARI's, com a análise comparada do desempenho dos serviços. O grupo de trabalho reuniu 6 vezes, entre Setembro e Novembro, e contou com a participação da DGAEP, IGF, DJPJ/MJ, GPERI/MOPTC, GEE/MEI e GPEARI/MC.
Participar no Grupo de Trabalho para a implementação da Orçamentação por Programas (GTIPOP)	"	-	Até Outubro		Participação de uma técnica estagiária no GTIPOP, de 2 de Fevereiro a 2 de Outubro de 2008.
Elaborar documentos internos do GPEARI	"	1º Semestre	Abril		Foi elaborado um artigo sobre "Utilização de informação sobre performance no Sector Público - Tendências Recentes" (Série Artigos GPEARI-MFAP, Abril 2008 ART08/02).
Preparar contributos para o <i>Budget Review</i> da OCDE, exercício coordenado pela DGO	"	Janeiro	Janeiro		Realizada uma apresentação sobre <i>performance and evaluation</i> .
Actividades Não Programadas:					
No âmbito da Orçamentação por programas:					
Visita à OCDE, <i>Budgeting and Public Expenditure Division</i>	"	-	Maio		Visita organizada pela DSPCG para troca de impressões sobre as experiências dos países da OCDE na implementação da Orçamentação por Programas.
Preparação de contributos em resposta a solicitações do GTIPOP	"	-	Junho e Julho		Pesquisa de exemplos internacionais de objectivos e indicadores no âmbito dos 3 programas piloto a incluir no relatório do Orçamento do Estado para 2009. Apreciação crítica dos objectivos e indicadores propostos nos programas piloto da Acção Social no Ensino Superior e dos Cuidados Continuados Integrados. Participação no grupo de trabalho para a implementação do programa piloto para a Cooperação, coordenado pelo IPAD. Participação na reunião do GMEF com o FMI sobre a implementação da Orçamentação por Programas em Portugal.
Coordenação do grupo de trabalho PIDDAC 2009	"	-	Abril a Julho		No âmbito do Conselho Coordenador das Tecnologias de Informação e Comunicação no MFAP (CC TIC), foi criado um grupo de trabalho, coordenado pelo GPEARI, com o objectivo de apresentar uma proposta de selecção e avaliação dos projectos de investimento em TIC (individuais e transversais ao MFAP), candidatos a PIDDAC 2009. Para além do GPEARI participaram no GT representantes do II, DGO, IGF, DGITA e SG. O GT elaborou e submeteu ao CC TIC um relatório final.
Preparação de contributos para documentos de política económica	"	-	Março, Setembro e Outubro		Preparação de contributos para as GOP 2009 e para o relatório do Orçamento do Estado para 2009, secção políticas sectoriais-MFAP.
Elaboração do Plano Estratégico do MFAP	"	-	Setembro a Dezembro		No âmbito do CC das TIC, foi solicitado ao GPEARI a elaboração, em articulação com o GMEF, do plano estratégico do MFAP, o qual serviria de suporte à elaboração do plano estratégico das TIC. Foi preparado um primeiro <i>draft</i> da proposta de objectivos estratégicos e operacionais, tendo sido apresentado nas reuniões de 17 de Julho e 17 de Dezembro, do CC. Este trabalho tem continuidade em 2009.
Participação no Grupo de Trabalho para a Qualidade das Finanças Públicas, do Comité de Política Económica, da Comissão Europeia	DSPCG/DFP	-	30 de Setembro e 10 de Dezembro		Participação conjunta com a Divisão de Finanças Públicas.
Iniciativas realizadas em parceria com entidades externas	"	-	Outubro a Dezembro		Acolhimento de uma aluna universitária para a realização de um projecto de tese de Mestrado. Este projecto teve início em 1 de Outubro de 2008 e a conclusão está prevista para 31 de Janeiro de 2009. Em 2008, foram realizadas 5 reuniões de acompanhamento com a aluna.
Conferência "Modernizing Accounting in the Public Sector. Accrual accounting: where are we and where to go next?", Bruxelas	"	-	23 de Outubro		
Participação na reunião do Conselho Supremo da Cruz Vermelha Portuguesa	"	-	8 de Janeiro		

ANEXO II-8: ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2008 - DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE RECURSOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Actividades	Unidades Orgânicas	Programado / Solicitado (1)	Realizado (2)	Desvio (2-1)	Origem do pedido / comentários
Conta de Gerência de 2007	DSRSI	30.Abr	25.Jun	55 dias	TC e DGO.
Balanço Social	DSRSI	30.Abr	28.Abr	2 dias	SG.
Estudo para a elaboração de Proposta de Orçamento de PIDDAC de 2009 integrado do MFAF, na área das Tecnologias de Informação - Análise MAIS	DSRSI	Mai	Mai	0 dias	GMEF, GPEARI/DSPCG e II (Actividade não programada).
Revisão do estudo para a elaboração de Proposta de Orçamento de PIDDAC de 2009 integrado do MFAP, na área das Tecnologias de Informação - Análise MAIS	DSRSI	9.Jul	9.Jul	0 dias	GMEF, GPEARI/DSPCG e II (Actividade não programada).
PIDDAC 2008 - P003 - Relatório 1.º semestre	DSRSI	11.Jul	7.Jul	4 dias	SG.
Revisão do estudo para a elaboração de Proposta de Orçamento de PIDDAC de 2009 integrado do MFA, na área das Tecnologias de Informação - Análise MAIS - Pedido de informação adicional	DSRSI	14.Jul	14.Jul	0 dias	GMEF, GPEARI/DSPCG e II (Actividade não programada).
QUAR 2008 - Avaliação do 1.º semestre	DSRSI	15.Jul	11.Jul	4 dias	GPEARI/DSPCG.
Relatório de avaliação do SIADAP 2007	DSRSI	15.Jul	15.Jul	0 dias	DGAEP.
Levantamento de efectivos à data de 30.06.2008	DSRSI	15.Jul	7.Jul	8 dias	DGAEP.
Definição de perfis de acesso à plataforma contratual electrónica, no âmbito do Código dos Contratos Públicos	DSRSI	25.Jul	24.Jul	1 dias	SG (Actividade não programada).
PIDDAC 2008 - P006 - Relatório 1.º semestre	DSRSI	28.Jul	28.Jul	0 dias	SG.
Apuramento de dívidas vencidas e dívidas vincendas, à data de 30.06.2008	DSRSI	30.Jul	18.Jul	12 dias	TC (Actividade não programada).
Preparação e envio de processos individuais de pessoal em regime de comissão de serviço em entidades externas ao GPEARI para a SGMAF, por motivo de afectação ao Sistema de Mobilidade Especial	DSRSI	30.Jul	31.Jul	1 dias	GPEARI/DSRSI (Actividade não programada).
Preparação e envio de processos individuais de pessoal na situação de licença sem vencimento para a SGMAF, por motivo de afectação ao Sistema de Mobilidade Especial	DSRSI	30.Jul	31.Jul	1 dias	GPEARI/DSRSI (Actividade não programada).
QUAR 2008 - Avaliação do 3.º trimestre	DSRSI	15.Set	15.Out	30 dias	GPEARI/DSPCG,
PIDDAC 2008 - P006 - Relatório 1.º semestre	DSRSI	28.Jul	28.Jul	0 dias	SG.
Estudo para a elaboração de Proposta de Orçamento de PIDDAC de 2009 integrado do MFAF, na área das Tecnologias de Informação - Análise MAIS	DSRSI	Mai	Mai	0 dias	GMEF, GPEARI/DSPCG e II (Actividade não programada).

* Levantamento possível.

ANEXO II-7: PARTICIPAÇÃO DO GPEARI EM INICIATIVAS EXTERNAS em 2008

Iniciativas	Representante	Data	Comentários
Protocolo com instituição de Ensino Superior para a realização de estágio curricular de finalista do curso de Gestão e Administração Pública do Instituto Politécnico de Leiria	DSRSI	5 de Maio a 4 de Julho	